



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB**

**RENATA DE OLIVEIRA SOUSA**

**OS EXTINGTOS ÍNDIOS NO PIAUÍ OITOCENTISTA:  
Terra, catequização, expropriação e conflitos entre 1830 e 1850**

**PICOS - PIAUÍ  
2016**

**RENATA DE OLIVEIRA SOUSA**

**OS EXTINGTOS ÍNDIOS NO PIAUÍ OITOCENTISTA:  
Terra, catequização, expropriação e conflitos entre 1830 e 1850**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

**PICOS - PIAUÍ  
2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA****Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí****Biblioteca José Albano de Macêdo****S725e** Sousa, Renata de Oliveira

Os extintos índios no Piauí Oitocentista: terra, catequização, expropriação e conflito entre 1830 e 1850 / Renata de Oliveira Sousa. – 2016.

CD-ROM : il.; 4 ¼ pol. ( 62f.)

Monografia (Licenciatura Plena em História) –  
Universidade Federal do Piauí, Picos, 2016.

Orientador: Prof. Me. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

1. Piauí Oitocentista. 2. Índios-Catequistas. 3. Terras-  
Conflitos. I. Título.

**CDD 981.22**

RENATA DE OLIVEIRA SOUSA

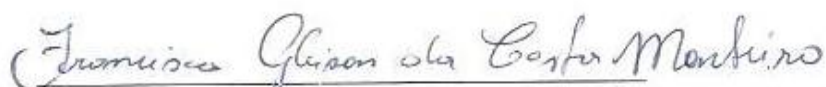
**OS EXTINCTOS ÍNDIOS NO PIAUÍ OITOCENTISTA:  
Terra, catequização, expropriação e conflitos entre 1830 e 1850**

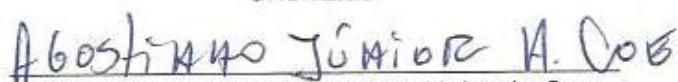
Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Como requisito parcial para obtenção do de Licenciada em História.

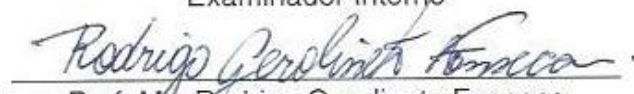
Orientador: Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

Aprovado em 03/03/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Orientador

  
Prof. Dr. Agostinho Júnior de Holanda Coe  
Examinador Interno

  
Prof. Ms. Rodrigo Gerolineto Fonseca  
Examinador Externo

À minha família que sempre foi um exemplo de luta, com os quais aprendi a nunca desistir diante das dificuldades.

## **AGRADECIMENTOS**

Iniciarei agradecendo primeiramente a Deus, ele, em sua infinita bondade, contribuiu para que este momento chegasse, de modo que durante esses anos de estudo sua presença constante em minha vida permitiu que obstáculos fossem superados e que lindos momentos fossem vividos da forma mais sublime possível.

Agradecer imensamente ao meu querido orientador, Mestre Francisco Gleison da Costa Monteiro, pois sem ele a realização deste trabalho não seria possível. Primeiro porque a sugestão de trabalhar esta temática surgiu quando ele, sempre atento ao que os alunos querem falar, parou um dia e foi me ouvir e falar sobre o tema. Desde então só tivemos momentos proveitosos e que somam, a cada dia mais, na minha formação. Professor, todos os obrigados que eu expressar ainda não serão suficientes. Obrigada por acreditar mesmo nos momentos em que duvidei; obrigada pela orientação cordial, respeitosa e principalmente, por desejar a mim um lindo futuro. A minha gratidão eterna!

À CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, executora do PIBIB- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, Programa este que faço parte desde 2012.2, que além de contribuir para minha formação acadêmica, tendo proporcionado meu contato com a rede Básica de ensino deste o início do curso, pude fazer grandes amigos e financeiramente permitiu que esta formação ocorresse sem grandes apertos. Para além de toda a experiência, poder dedicar-se exclusivamente aos estudos faz total diferença.

Aos meus pais Elza e Raimundo, pessoas dedicadas, trabalhadoras, guerreiras que vivem para os filhos e quando adentrei na universidade passei a ser a motivação maior para que ambos lutassem junto a mim. A dedicação de vocês é inenarrável, muitas vezes me questiono se sou merecedora de tudo isso. Não tenho como definir em palavras o amor e o respeito que tenho por vocês. Amo-os, simplesmente.

Ao Renato e ao Robério, meus irmãos, símbolos do verdadeiro amor. Mesmo vivendo a maior parte do tempo distante, sei que somos unidos por um amor que não tem definição. Obrigada pelas ajudas, pelo apoio e por estarem “presentes” sempre que precisei. Vocês são partes da minha vida!

Obrigada a minha Avó Inácia, meu exemplo de mulher, por pensar em mim mesmo nos momentos em que a senhora era a merecedora de todas as atenções. Seu amor, carinho, dedicação e superação me fazem um ser humano melhor a cada dia. Vó, sua vida é minha vida.

A um dos melhores presentes que a Universidade me proporcionou, os “acelolas” Keliana, Tássio e Mariana. Estar com vocês, em diferentes momentos e situações, me fez perceber o valor da amizade e o quanto ela é essencial em nossas vidas. Obrigada pelas conversas sérias e descontraídas, pelas viagens, jantares e filmes todos inesquecíveis e impagáveis.

À Mariana dedico algo a mais, porque esta se faz presente todos os dias, em todos os trabalhos. Adotou-me como irmã e como tal dedicou-me amor, respeito e confiança de uma forma que não conhecia. Mary, obrigada por ouvir meus lamentos, por todas as broncas nos momentos que colocava em dúvida minha capacidade (e foram muitos), obrigada por me fazer acreditar que ainda existem pessoas de coração puro. Você é uma dessas!

Trabalhar com o século XIX e entender a escrita dessa época foi um dos grandes desafios deste trabalho, porém esse obstáculo foi superado graças à ajuda de Aleisa e Robson Fernandes a quem agradecerei infinitamente. A contribuição de vocês é parte fundamental dessa escrita, obrigada. Apesar da amizade nesse momento de pesquisa ser um pouco incerta, vocês me fizeram perceber que ainda existem as verdadeiras, assim como vocês são.

A Remédios, Karine e Israel, meus companheir@s de quase todos os trabalhos realizados ao longo do curso. Os três cada um com sua personalidade me ensinaram coisas valiosas e serão, para toda minha vida, exemplo de pessoas a seguir.

Agradeço imensamente a Arismagno pela amizade de sempre, pela atenção e principalmente pela discricão e comprometimento nos assuntos tratados. Por mais singelos que fossem, fizeram muita diferença. Muito obrigada, Boin!

A Chico de Benigno que ao longo dos anos tem feito alguns favores, primeiro vindo me deixar aqui em Picos, quando iniciaram as aulas, e daí para cá ficou num leva e traz de encomendas, que facilitou demais minha vida. Valeu muito!

A Romão Araújo, amizade que nasceu no PIBIB e transbordou os muros do mesmo. A você obrigada por fazer parte não apenas da minha vida acadêmica

produzindo vídeos, baixando textos/vídeos/filmes e lendo este trabalho, mas por fazer parte da minha vida, sua amizade é algo valioso e que muito estimo.

À minha quase família, Tamires Lima, Patrícia, Leiane e Fagner pelos muitos momentos/anos de convivência, mas principalmente à Lady Daiane e Tamyres Martins com as quais convivo desde que aqui cheguei, mesmo com os altos e baixos vocês fazem parte do mais longo capítulo da minha vida acadêmica.

A todos os colegas de sala que durante essa trajetória fizeram parte da minha vida, uns de forma marcante outros superficiais, mas todos com grande significado para mim, em especial a Amanda que por termos o mesmo orientador nos últimos tempos dividimos leituras, ansiedade, medo, mas acima de tudo a certeza de que ia dar certo.

A todos os professores que, ao longo do curso, contribuíram para que este momento fosse alcançado com êxito.

A todos os funcionários do Arquivo Público de Teresina pela atenção e dedicação com que me receberam as vezes que lá fui pesquisar. Ainda agradecendo as pessoas que me acolheram em Teresina, cito Marcelo Vieira e Lorene Muniz pela(s) vezes que fiquei hospedada na casa de cada um de vocês, sem esse acolhimento muita coisa não teria acontecido.

Aos demais familiares, amigos, colegas e conhecidos que tiveram mesmo que pequeno, mas instantes importantes para a conclusão dessa trajetória que é inicial. Obrigada a todos!



*Mas continuaremos resistindo a esses massacres, porque somos iguais a uma árvore, como diz o refrão: arrancaram nossos frutos, cortaram nossos galhos, queimaram nossos troncos, mas não puderam matar nossas raízes. (MARCOS TERENA – índio Terena - Mato Grosso do Sul, JB, 21/04/2000).*

## RESUMO

O presente trabalho discorre acerca da questão indígena no Piauí, no século XIX, nos anos de 1830 a 1850, objetivando desmistificar a ideia exposta na historiografia e na visão de algumas autoridades, de que os índios foram extintos ou estavam em vias de desaparecer. Fazendo análise de relatórios provinciais, correspondências e jornais, percebe-se que o Piauí Oitocentista ainda era habitado por muitos indígenas, que estes permaneceram sendo descritos como selvagens, incivilizados, avessos ao trabalho, que estavam ocupando terras férteis, de onde deveriam sair porque eram um empecilho para o desenvolvimento da província. Destarte continuavam passando pelo processo de aldeamento e catequização tidos como meios de neutraliza-los. A discussão objetiva entender essa relação conflituosa, a forma como as próprias leis tratavam os indígenas e de como o discurso sobre os mesmos permanecia igual.

**Palavras-chave:** Piauí Oitocentista. Índios. Catequização. Terras. Conflitos

## ABSTRACT

The present work discourses the about of the indigenous subject in Piauí in the century XIX in the years from 1830 to 1850. Aiming at to demystify that exposed idea in the historiography and in the vision of some authorities, that the Indians were extinguished or they were about to disappear. Making analysis of relators provincials, correspondences and newspapers, we will notice that Piauí of the epoch was still inhabited for many indigenous, that these stayed being described as savages, uncivilized, contrary to the work, that you/they were occupying fertile lands, from where should leave because it was a difficulty for the development of the province. Like this they continued going by the group process and religion ensign had as means of you neutralize them. The discussion aims at to understand that conflicting relationship, the form as the own laws treated the natives, and of as the speech on the same equal stayed.

**Word-key:** Piauí Oitocentista. Indians. Religion ensign. Lands. Conflicts

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: O CENÁRIO INDÍGENA NO PIAUÍ OITOCENTISTA.....	19
1.1 Entre aldeias subscrevem-se outras histórias.....	20
1.1.1 A Vila de Parnaguá.....	27
1.1.2 A Vila de Oeiras.....	29
1.1.3 A Vila de Jaicós.....	31
1.2 Relações entre os diferentes sujeitos no Piauí nas primeiras décadas do Império.....	32
1.3 Divergências: índios versos as leis.....	36
CAPÍTULO 2: UMA TABULA RASA AOS PRECEITOS CRISTÃOS.....	40
2.1 Catequização.....	41
2.2 Os “Extinctos índios” ainda se fazem presente no cenário local.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
FONTES.....	59
Relatórios provinciais.....	59
Correspondências.....	60
Leis.....	60
Jornais.....	60
REFERÊNCIAS.....	61

## INTRODUÇÃO

A História indígena, por muito tempo, foi vítima do esquecimento, ou quando lembrada, era pensada tendo os índios como sujeitos passivos, meros fantoches de homens tidos como aptos a civilizá-los e mostrar-lhes a real maneira de se comportar. Porém nos últimos anos, pesquisas relacionadas à história indígena<sup>1</sup> têm se multiplicado em todo o Brasil, contribuindo assim para reverter um cenário negativo que dominou a historiografia por muitas décadas, assegurando uma revisão do papel do índio na formação da sociedade brasileira<sup>2</sup>. Esse aumento de trabalhos sobre os indígenas, além de contribuir para ressignificar a imagem dos índios na história tem também apontado para a necessidade de que, cada vez mais é indispensável a interdisciplinaridade entre diferentes campos de pesquisa como a história, a antropologia e a arqueologia para entendermos as diferentes nuances que envolvem essa temática.

Muito embora o campo da pesquisa tenha se ampliado, de certa forma, a história indígena ainda tem encontrado dificuldades, não apenas para ser escrita, mas também porque sua poderosa imagem cristalizada como prisioneiros de formação isolada e primitivos tem dificultado a compreensão dos múltiplos processos de transformações étnicas, que explicaria muito sobre a história social e cultural do país e do índio<sup>3</sup>. A pesquisa indígena, quando muito, era escrita colocando-os como sujeitos prestes a desaparecer, ou que haviam adquirido os hábitos dos “homens civilizados” e deixaram de ser identificados como índios.

---

<sup>1</sup> Um dos precursores dessa nova História indígena foi *John Manoel Monteiro*, incansável na busca por uma história indígena coerente com as ações dos mesmos, John desenvolveu e orientou diversos trabalhos nesta área. Como “seguidores” da mesma linha de pesquisa do John Monteiro podemos citar alguns historiadores como *Maico Oliveira Xavier*, *João Paulo Peixoto Costa* e *Lígio José de Oliveira Maia*, que pesquisam sobre índios no Estado do Ceará e *Maria Regina Celestino de Almeida* que entre outros trabalhos podemos apontar sua pesquisa para a elaboração de sua tese sobre os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial. O trabalho de *João Rennôr* “Resistência Indígena no Piauí Colonial” nos surge como primeiro estímulo para se pensar essa nova história sobre os índios no Piauí.

<sup>2</sup> O interesse despertado nos historiadores pelo estudo indígena, tem também contribuído para o aumento de minicursos/Simpósios direcionados a esta temática. A ideia expressa acima faz parte de um resumo elaborado por Francisco Eduardo Torres Cancela (Doutor) - UNEB), Maria Hilda Baqueiro Paraíso (Doutora - Universidade Federal da Bahia), Teresinha Marcis (Doutor - UESC). Para incluir nesses espaços de discussão da UFBA, um debate sobre: História dos índios na Bahia: diálogos entre pesquisa e ensino.

<sup>3</sup> MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História indígena e do indigenismo. Campinas: Tese de Livre Docência, Universidade de Campinas, 2001.

As obras de Odilon Nunes<sup>4</sup> e Luís Mott<sup>5</sup> são leituras indispensáveis para a realização de pesquisa sobre o Piauí e servem mesmo como fonte, contudo elas colaboram para a ideia de que os indígenas foram extintos. Outro autor que vai contribuir com esse pensamento de extinção e mesmo de diluição dos indígenas em meio a outros povos vai ser Monsenhor Chaves<sup>6</sup> “As tribos mais aguerridas foram aniquiladas ou expulsas do nosso território. As mais fracas se acomodaram à convivência com o usurpador”. Essas obras que são referências para a pesquisa em história do Piauí também retratam o que conhecemos do Piauí nos primórdios de sua exploração, buscando fazer uma análise não apenas espacial, mas também sobre o desenvolvimento econômico e populacional desta província. Trazendo importantes dados sobre as fazendas aqui existentes, sua produção e as relações sociais desenvolvidas neste espaço.

Também escrevendo sobre o Piauí no Período Colonial João Rennôr, no trabalho “Resistência indígena no Piauí Colonial” realiza uma abordagem de forma mais crítica em relação às ações que aconteceram neste território, passando a identificar formas de resistência indígena no Piauí, no mesmo período que é descrito por Mott e Odilon, sendo que estes não as enxergaram e ainda situaram os índios como praticamente extintos. Para Rennôr vai existir nessa época uma inversão dos fatos porque para as autoridades:

Os “terroristas” eram sempre os índios, e nunca o homem branco. O índio, sem sair de suas terras, sem ser invasor como o europeu e somente porque defendia suas glebas é quem provoca o “terror”; o índio passa a ser o “invasor”, o “assaltante” das terras do homem branco; o índio é chamado de “ladrão” à mão armada e desleal no conceito das autoridades<sup>7</sup>.

De posse dessas leituras que não coloca os indígenas no seu verdadeiro lugar, exceto a de João Rennôr, passamos a ler trabalhos que analisam e identificam os índios como seres atuantes nesse processo de ocupação das terras. E muitos são os historiadores que passaram a realizar esta análise. Diante de um número cada vez maior de pesquisa, nesse sentido, optamos por elencar neste

---

<sup>4</sup> NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. Teresina: FUNDAPI, 2007.

<sup>5</sup> MOTT, Luiz. Piauí Colonial. População, economia e sociedade. -2 ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

<sup>6</sup> CHAVES, Monsenhor. Obra Completa. Teresina. Fundação Monsenhor Chaves. 1998

<sup>7</sup> CARVALHO, João Rennôr F.de. Resistência indígena no Piauí colonial. Imperatriz: Ética, 2005.

espaço apenas alguns nomes eleitos por nós como indispensáveis para a concretização dessa pesquisa.

John Monteiro<sup>8</sup> precursor na pesquisa que coloca os indígenas como sujeitos atuantes nos orientara na medida em que seu trabalho demonstra a comunicação que houve entre indígenas e exploradores, seja quando o indígena supostamente “assimilou” a cultura do outro, seja quando rejeitou sua imposição. O posicionamento de John Monteiro também serviu como guia na escrita, pois este questiona tanto o lugar que o índio ocupa na historiografia tradicional, enquanto apenas um coadjuvante na formação e construção do Brasil, colocando-o como protagonista deste espaço. Este questiona o lugar que o índio ocupa na historiografia quanto a afirmação de que os indígenas eram uma população em vias de desaparecimento.

Outro ponto interessante a ser analisando junto ao trabalho de John Monteiro é a dificuldade de se trabalhar a história indígena pela cristalização que se fez desses indivíduos ao longo dos anos, principalmente por meio da antropologia cultural, que ao colocar a cultura como algo fixo dificultava o entendimento das transformações culturais ocorridas entre os índios e ainda analisavam estas mudanças como perdas. A obra “Os Índios na Formação do Brasil” de Maria Regina Celestino de Almeida reflete o pensamento de John.

Os processos históricos portadores de mudanças não eram importantes para a compreensão de seus objetos de estudo. Ao contrário, eram vistos como propulsores de perdas culturais sucessivas que levavam à extinção dos povos estudados. Afinal, se a cultura era algo fixo e estável, relações de contato, principalmente com povos de tecnologias superior, só poderiam desencadear processos de aculturação que conduziriam necessariamente a perdas culturais e à extinção étnica<sup>9</sup>.

Nesta concepção os indígenas perderam espaço na historiografia. Ao não terem suas mudanças analisadas como algo que não os descaracterizavam enquanto nativos, ou povo com cultura e hábitos diferentes, mas que se adequavam a outras experiências sem deixar de ser índio. Se a ideia advinda do período colonial era apontar os nativos como sujeitos de fácil coerção, descrevê-los como não índios mediante uma possível absorção da cultura do outro, parece uma estratégia ideal para negar a eles os seus direitos e impor-lhes regras. Perceberemos que somente

---

<sup>8</sup> MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História indígena e dos indigenismo*. Campinas: Tese de Livre Docência, Universidade de Campinas, 2001.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Coleção FGV de bolso. Série História)

com aproximação entre história e a antropologia, é que passaremos a entender as transformações que as culturas sofrem no decorrer dos tempos.

Outro trabalho que terá um relevante papel nesta escrita é o da Maria Regina Celestino de Almeida,<sup>10</sup> sua obra aponta um dos possíveis motivos da afirmação do desaparecimento dos indígenas. Ela vai apontar que esse desaparecimento se deu apenas na escrita, que os índios quando passavam a conviver com os brancos deixavam de ser descritos como tais, e mais uma vez a análise que a antropologia fazia da cultura como algo fixo impossibilitou por muito tempo a compreensão das transformações ocorridas no cotidiano dos povos. A autora ainda vai afirmar que desde o século XX algumas vozes já alertavam para a necessidade de se considerar essa trajetória histórica dos povos para o melhor entendimento das culturas.

O trabalho do historiador Maico Oliveira Xavier<sup>11</sup> nos possibilitou entender como os índios mesmo sofrendo várias perdas, de suas terras, sua liberdade e costumes, conseguiram sobreviver e deixar testemunho de sua existência, seja nos documentos de batismo, seja nos de casamentos realizados por aqueles que estavam aptos para tal tarefa ou aqueles que eram nomeados para realizar estas cerimônias. Outro aspecto a ser observado na escrita de Xavier é a sensibilidade com que este interpreta as fontes que faz uso, ajudando a decifrar a complexa relação que envolvia os indígenas e os desbravadores. Esta sensibilidade nos faz refletir o quão sensível é o trabalho do historiador no trato com suas fontes, e que não adianta ter acesso aos documentos se não soubermos dessacralizá-los.

Outro trabalho importante para esta pesquisa é o da Manuela Carneiro da Cunha<sup>12</sup>, assim como os trabalhos supracitados, este também aborda uma nova perspectiva para a História indígena, bem como, chama a atenção para o fato de que agora sabemos a extensão “do que não sabemos da História indígena”. Perceber que estes sujeitos tiveram sua história negada, mas que estes deixaram heranças para que esta possa ser revista, é uma das contribuições da obra da Manuela Carneiro da Cunha.

A autora ainda descreve sobre um aspecto que pode ter sido decisivo na relação entre índios e exploradores. Espertos, os colonizadores, segundo a autora

---

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> XAVIER, Maico Oliveira. Cabôcullos são os brancos: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do termo da Vila Viçosa Real – Século XIX. Fortaleza. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2010

<sup>12</sup> CUNHA, Manuela c. da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras e Secretária Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.



logo perceberiam a vantagem de criar inimizades entre os próprios grupos indígenas. São muitas as estratégias utilizadas pelos exploradores na tentativa de domínio sobre os índios, e muitas delas deram certo, contudo é válido ressaltar que as obras em estudo nos mostram que os índios também tiveram suas formas de resistências e muitas delas eles amoldaram dos próprios colonizadores.

Estas leituras iniciais serviram de base para o começo deste trabalho, passando assim a analisar as fontes que seriam utilizadas. A pesquisa está inserida no Piauí do Século XIX entre os anos de 1830 a 1850, a escolha por este recorte temporal se deu pelo fato de que a ideia principal a ser desenvolvida no trabalho é apontar que os índios não foram extintos e as fontes encontradas para defender tal tese se encontram inseridas nestes anos. Para além dessa presença indígena o espaço contemplado na pesquisa é marcado por outras questões importantes, tais como os conflitos por terras, a presença constante, e a ideia de civilizar os índios. E a constatação da presença indígena e a relação que ele estabeleceu com os demais sujeitos que aqui viviam são analisadas a partir dos Relatórios de Províncias, Correspondência do Diretor Geral dos índios e dos jornais O Correio e o Echo Liberal. O Jornal O Correio (1835) era da Assembleia Legislativa da Província, descrevendo assim uma visão oficial dos fatos. O Echo Liberal utilizado foi a edição 47 de 1850.

Essas fontes foram um desafio para a presente pesquisa, não só na localização, algumas delas só foram localizadas no Arquivo Público do Estado de Piauí (APEPI), exceto os relatórios de províncias e jornais que se encontram disponíveis na internet, mas também por elas terem em particular uma escrita oficial. Elas representam a visão daqueles que buscavam explorar muitas das terras onde os indígenas estavam habitando. Para além da dificuldade de localização e análise de discursos oficiais, e caligrafia dessas fontes requer uma atenção maior, pois às vezes no mesmo documento o estilo da fonte varia. Contudo elas relatam o que estávamos procurando discutir, apontar a presença indígena no Piauí oitocentista.

Como será demonstrado no corpo deste trabalho, essas fontes abordam os indígenas como sujeitos “selvagens” e “incivilizados” que causavam medo e terror a população, que estavam em vias de desaparecer, que precisavam ser aldeados, sair de terras consideradas férteis porque eram empecilho para o desenvolvimento da província. Discurso este que tinha como propósito justificar as invasões e a forma violenta com que agiam contra os índios.

Embasado pelas leituras e os direcionamentos proporcionados pelas fontes o trabalho foi estruturado em dois capítulos. Neles, além de abordar a questão indígena, procuramos compreender um pouco das relações que estavam sendo desenvolvidas na Província do Piauí no período em estudo.

O primeiro capítulo intitulado “O cenário Indígena no Piauí Oitocentista”, procura analisar o contexto do Piauí no século XIX, já trazendo para essa análise a presença dos indígenas. Subdividido em três tópicos onde o primeiro busca fazer referências aos espaços das aldeias, onde muitas se tornaram vilas, dando espaços a outras histórias. Devido à dificuldade de se pesquisar sobre todas as vilas, fez-se necessário escolher apenas três: Parnaguá, Oeiras e Jaicós.

A opção de trabalhar, tendo como recorte espacial o Piauí, se justifica pela variedade de lugares onde as fontes que abordam a questão indígena poderiam ser localizadas, mesmo sendo poucas, elas abordam diferentes cantos do Piauí. Num recorte espacial tão amplo é evidente que alguns espaços são priorizados<sup>13</sup>. Neste caso a Vila de Parnaguá é o local onde mais identificamos relatos sobre a permanência indígena no Piauí, no período proposto pela pesquisa. E mesmo que as fontes apontassem a presença indígena apenas em Parnaguá, isso já tornaria a pesquisa significativa.

Oeiras foi escolhida de forma aleatória, talvez por ter sido a primeira Capital isto tenha influenciado, mas influenciou muito mais o fato de saber que na Paróquia de Nossa Senhora da Vitória em Oeiras existe uma vasta documentação, que não será usada aqui, mas que ainda vai nos dizer muito sobre os índios daquela região. A Vila de Jaicós foi escolhida por ter sua origem ligada aos indígenas e permanecer com o nome de uma tribo de índios. Os outros subitens do capítulo falam sobre os demais sujeitos que também viviam no Piauí, e como a Lei de 1845 e a Lei de Terra de 1850 interferiram na questão indígena.

No segundo capítulo intitulado “Uma Tábula Rasa aos Preceitos Cristãos”, inicio falando sobre a catequização, tida com importante instrumento para civilizar os índios, apontando que ela ainda se fazia presente na Província do Piauí no período em que a pesquisa está inserida e finalizo apontando que mesmo sofrendo

---

<sup>13</sup> Para saber mais sobre a definição do campo de pesquisa, ver ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial: novos súditos cristãos do império português. Campinas. Tese de doutoramento. Universidade Estadual de Campinas. 2000. E Pierre Vilar, 1973. p 88, citado por Almeida, 2000. p 29 vai afirmar que o espaço para os historiadores é “um objeto a construir”.

perseguição, tendo suas terras como alvo de interesse de outros, os índios ainda se faziam presentes no espaço piauiense e estavam constantemente na mira dos governadores, fazendeiros e do Diretor Geral dos Índios. Terá predomínio nas fontes analisadas índios que estavam vivendo em terras consideradas férteis, ou seja, aqueles não aldeados chamados de “gentios”, sendo estes “os grupos nativos que mais despertaram o interesse da historiografia sobre a primeira metade do Século XIX”<sup>14</sup>. Esse grupo tem por característica algo que é recorrente neste trabalho, ser “obstáculo aos projetos de expansão das fronteiras internas, ocupação de novas áreas para o plantio”<sup>15</sup>. Estes índios que viviam soltos são parte determinante deste trabalho.

Destarte, essa pesquisa foi assim iniciada, tendo sido utilizada não apenas as obras que, neste curto espaço, foram citadas, mas também buscando uma discussão a cada dia atualizada, com conceitos sendo questionados e outros incorporados, faz-se necessário uma leitura permanente sobre a História indígena, pois estes estão saindo dos arquivos e não mais é admissível negar a eles os seus direitos.

---

<sup>14</sup> COSTA, João Paulo Peixoto. Atacá-los com Brandura, Matá-los com Prudência: os gentios da região do Cariri-CE (1798-1845). Artigo apresentado na VIII SEMANA DE HISTÓRIA DE PICOS.

<sup>15</sup> Idem. p, 01.

## CAPÍTULO 1

### O CENÁRIO INDÍGENA NO PIAUÍ OITOCENTISTA

Quando o sertão nordestino ainda era mata virgem viu chegar em suas terras muito gado e poucos homens. Os animais levados e vigiados pelos homens buscavam maiores espaços para a reprodução. Os homens seguiam atrás, tomando posse de vastos territórios. Dos latifúndios extraíram riqueza e poder, instalaram fazendas, povoaram as novas terras.<sup>16</sup>

Solimar Oliveira Lima no texto “Formas de Controle e Resistência dos Trabalhadores Escravizados nas Fazendas Públicas de Pastoreio do Piauí: 1711-1871” vai descrever, assim, o processo de exploração dessas terras. Tendo o início dessa exploração ocorrido em meados de 1674, o Piauí terá um lento processo de exploração, surgindo “dos caminhos trilhados pelo gado”. A produção bovina será o motor da economia deste sertão, ignorando os sujeitos que aqui já viviam, expulsando-os de suas terras e os colocando na História como bárbaros, selvagens e incivilizados.

São os índios, os donos destes sinônimos. Eram os índios, os primeiros moradores desta área. Foram os primeiros contatos entre índios e colonizadores que nortearam o início da História do Piauí. Início este marcado por guerras, mortes, fugas, perseguição, acordos e desacordos. E se todos estes eventos são vistos e descritos como pertencentes ao período de colonização, o que veremos adiante é que eles continuaram acontecendo muito além do que se propôs a escrever a historiografia existente. Serão estes conflitos que buscaremos analisar neste capítulo, buscando entender como o processo de exploração do Piauí contribui para o que a historiografia tradicional chamava de desaparecimento indígena, mas que poderá ser contestado a partir da análise de fontes que aqui serão apresentadas<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> LIMA, Solimar Oliveira. Formas de Controle e Resistências dos Trabalhadores Escravizados nas Fazendas Públicas de Pastoreio do Piauí: 1711-1871. IN: VAINFAS, Ronaldo; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História e Historiografia. Recife: Bagaço, 2006, p. 433-458.

<sup>17</sup> Sobre a historiografia tradicional piauiense que aborda a questão do desaparecimento indígena podemos ver: NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. Teresina: FUNDAPI, 2007. CHAVES, Monsenhor. Obra Completa. Teresina. Fundação Monsenhor Chaves. 1998. Um pouco

Mesmo tendo seus grupos desfeitos e suas aldeias atacadas, os indígenas buscaram formas de resistir ao avanço destruidor dos exploradores.

Nesse cenário de conflitos não apenas os indígenas viram suas aldeias darem espaço às vilas, construídas com o intuito de aumentar a população. Além dos índios, o Piauí será povoado por escravos, vaqueiros, agregados e fazendeiros, sendo a fazenda, o principal espaço de desenvolvimento de tais relações. Como veremos, os índios terão suas terras ocupadas, vaqueiros terão seus direitos negados, como o não cumprimento da lei de quartas<sup>18</sup>, e nessa teia de atritos todos se misturam, mas continuam a ganhar espaço nos relatos e pesquisa, exceto os índios que permaneceram por muito tempo esquecidos pelos pesquisadores.

Apesar da historiografia e fontes oficiais tentarem colocar os índios como exterminados, ou quase extintos, o que vamos perceber é que eles persistiram em se fazer presente, encontrando novas formas de resistência compatíveis com o espaço e as situações que estavam vivenciando. Ainda será possível localizar indígenas migrando de um lugar para outro que, além disso, eram desconhecidos das autoridades o que causavam incerteza a estes quanto à localização dos nativos.

### **1.1 Entre aldeias subescrevem-se outras histórias**

Chegar ao Piauí oitocentista e compreender os modos dos sujeitos que aqui viviam e como este espaço foi ocupado, nos sinaliza para problematizar algumas questões relacionadas às vivências dos indígenas neste território a partir de 1830 a 1850.

Para tanto, precisamos historicizar, primeiramente os modos que os habitantes do Piauí vivenciaram nas práticas de morar e viver na província; segundo, a forma como as autoridades locais viam a ação dos grupos indígenas. No entanto esse exercício se torna complexo, à medida que, diferentes autores trazem diferentes denominações quanto às tribos aqui existentes e as fontes aqui trabalhadas não nos permitem obter uma relação exata das nações indígenas que

---

mais recente, mas muito importante para se pensar essa ideia de desaparecimento é a obra de DIAS, Claudete Miranda; e SOUSA, Patrícia de Sousa. História dos índios do Piauí. EDUFPI/ GRAFICA DO POVO: 2011.

<sup>18</sup> Para saber mais sobre o que é a Lei de quartas, tendo em vista que o trabalho aqui escrito não pretende aprofundar a questão dos vaqueiros no Piauí ver: LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados nas fazendas públicas de pastoreio do Piauí: 1711-1871. In: VAINFAS, Ronaldo; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História e historiografia. Recife: Bagaço, 2006, p. 433-458

aqui habitavam. Para Peixoto esse problema da fonte se dá devido ao “fato de a documentação oitocentista ter deixado de utilizar os etnônimos<sup>19</sup> dos grupos nativos” o que “constitui-se um obstáculo a mais ao trabalho do pesquisador<sup>20</sup>”.

No espaço piauiense fala-se de muitos grupos indígenas, no entanto não esclarecem com rigorosa precisão sua origem, sendo que pode contribuir para isso o fato de serem considerados “nômades por natureza, sempre em busca de alimentos nos rios, nas matas e nos campos, imigrando constantemente por causa das guerras contínuas.”<sup>21</sup> Esse vai e vem dos indígenas ainda nos impede de classificar os índios que aqui viveram, aqueles que por aqui passaram, ou que fugindo das perseguições estabeleceram moradia nas terras piauienses. Para além disso, por procurarem lugares mais propícios para se estabelecerem, como a beira de rios, ou espaços que os exploradores não conheciam.

Estabelecer a real localização indígena é um labirinto que ainda precisa ser percorrido. Embora seja possível visualizar em uma mapa exposto na tese de Marcelo Anjos o espaço que sete tribos ocupavam neste território. Essas Tribos estão entre as mais citadas em trabalhos realizados até o presente momento.

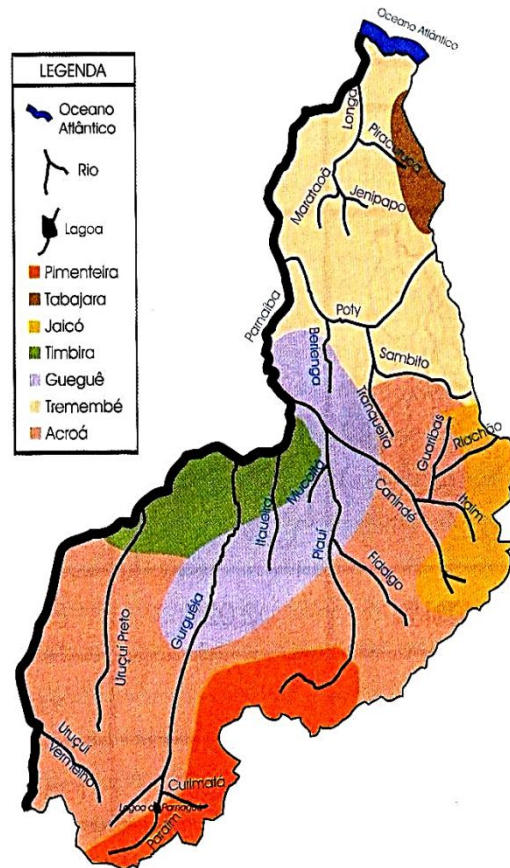
---

<sup>19</sup> Nomes de povos, tribos, castas, nação, etnia, comunidade política ou religiosa que possam ser entendidos num sentido étnico.

<sup>20</sup> COSTA, João Paulo Peixoto. *Disciplina e Invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)*. Teresina: Dissertação de mestrado em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí. 2012

<sup>21</sup> CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina. Fundação Monsenhor Chaves. 1998.

## MAPA DAS DISTRIBUIÇÕES ESPACIAIS DAS NAÇÕES INDÍGENAS



Fonte 1: Arquivo Público do Piauí - Casa Anísio Brito. Livros de Transcrições das Cartas de Sesmarias e Livros de Registros Eclesiásticos.  
Fonte 2: BATISTA, João Gabriel - ETNOHISTÓRIA INDÍGENA PIAUIENSE, Teresina, Edufpi, 1994.

Este Mapa retirado da tese de Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos intitulada: Marcas Toponímicas em Solo piauiense: Seguindo as Trilhas das Águas. Apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Demonstra claramente o que seria o espaço ocupado por esses índios.

Mesmo havendo dificuldades em apontar com segurança o lugar que os indígenas estavam ocupando, tendo como principal obstáculo a escassa documentação referente aos índios, esse mapa mostra que é possível traçar a localização de algumas das tribos que habitavam ou passaram por este território. Contudo, a historiografia até então não se propôs a especificar a espacialidade exata destes, fechando essa questão, apenas os colocando como nômades. No entanto, analisando o mapa acima podemos perceber que eles ocupavam grande

parte desse território e este fato nos faz enxergar o quanto a história indígena, assim como a história do Piauí carece de uma revisão. Estes sujeitos ocupavam um vasto espaço nessa região e por aqui também ocorreram muitos conflitos nos quais estavam envolvidos.

Esse exercício de revisitar a História indígena e piauiense nos convida a retornar ao seu passado, bem como, uma releitura da historiografia piauiense acerca da temática abordada. Esse retorno não precisa ser extenso uma vez que a imagem que temos do Piauí no período de sua exploração é de uma região que teve seu início ligado à criação de gado, realizada nas muitas fazendas que aqui existiam e que neste espaço se cristalizou toda sua vida socioeconômica<sup>22</sup>.

A leitura e a historicização relacionada a essa temática nos auxilia para entender os contornos também de luta que foi travada entre a elite local e os indígenas. Para tanto, pretendemos avançar nas análises a partir do contato com as fontes que aqui serão analisadas. O intuito é que fazendo uso delas possamos desmistificar essa imagem cristalizada que temos desses indivíduos na História.

Para Monteiro uma descaracterização da história indígena se tornou possível após a aproximação entre a História e a antropologia cultural, sendo que a junção destas duas nos faz entender as transformações ocorridas na cultura indígena.

Avanços recentes nos estudos etno-históricos, no entanto, vêm minando estas perspectivas arraigadas desde a muito, introduzindo uma nova conjugação entre pesquisa documental e perspectivas antropológicas para produzir uma renovada das propostas ativas e criativas dos atores indígenas que, apesar de todas as forças contrárias, conseguiram forjar espaços significativos na História colonial, de modo que não é mais admissível omiti-los do registro histórico<sup>23</sup>.

Fazendo uma articulação entre essa nova abordagem histórica e as fontes documentais, utilizamos também, como dito, da historiografia já existente sobre a ocupação desse território provincial e da população indígena do Piauí. O intuito é reconhecer a contribuição desses historiadores e memorialistas que escreveram sobre o Piauí, mas também procuraremos ampliar as discussões e apontar que

---

<sup>22</sup> MOTT, Luiz. Piauí colonial: população, economia e sociedade. Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985.

<sup>23</sup> MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História indígena e dos indigenismo. Campinas: Tese de Livre Docência, Universidade de Campinas, 2001.



entre elite local e os índios sempre existiram conflitos, mas sempre se deu ênfase às vitórias do primeiro em detrimento do segundo grupo.

A história do Piauí estará ligada à criação de gado e às grandes fazendas. Tanto no período colonial, que é quando tem início a exploração das terras que passariam a ser chamadas de Brasil, e no qual as terras indígenas começam a ser tomadas pelos colonizadores, quanto no período imperial, no qual a exploração das terras indígenas continuava acontecendo. As relações que se desenvolveram no Piauí no período imperial serão de intensos conflitos entre os sujeitos que aqui viviam como fazendeiros, vaqueiros, índios, escravos e libertos de um modo geral.

Exemplo dessa intensa relação pode ser observado entre fazendeiros e vaqueiros. A constatação de como os vaqueiros tinha seu direito desrespeitado é a não aplicação do sistema de “quartas” onde o vaqueiro tinham o direito a retirar para si uma cria a cada quatro que nascesse. Como coloca Lima essa prática “foi sistematicamente negada pelos criadores e inspetores, sob alegação de que a partilha das crias com os trabalhadores escravizados resultaria em prejuízo, tendo em vista que a concessão diminuía a quantidade de reses”<sup>24</sup>. Não bastasse o trabalho que desenvolviam para os fazendeiros, os vaqueiros conviviam com o desrespeito a eles e as poucas conquistas que haviam adquirido, como a Lei de quartas.

Em meio a estas intensas relações o Piauí segue seu desenvolvimento, com a construção de cadeias, hospital, criação de algumas cadeiras de ensino, e será comum vermos nos relatórios de presidente de província, relatos de que a Província do Piauí vivia uma tranquilidade, mas Cabral nos diz que “Apesar das tentativas realizadas por estes governantes em transparecer um ambiente pacífico e harmônico a Província enfrentava sérios problemas com a ocorrência de constantes crimes e infrações às leis”<sup>25</sup>

Os relatos produzidos por estes não apenas buscavam mascarar os crimes ocorridos como também contribuíram em grande parte para a exclusão dos indígenas deste território. Isso se dá na medida em que os relatos que provavelmente faz referências a estes, os tratam apenas como “inimigos externos a

---

<sup>24</sup> LIMA, Solimar Oliveira. Formas de Controle e Resistências dos Trabalhadores Escravizados nas Fazendas públicas de pastoreio do Piauí: 1711-1871. IN: VAINFAS, Ronaldo; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História e Historiografia. Recife: Bagaço, 2006, p. 433-458.

<sup>25</sup> CABRAL, Ivana Campelo. Bandidos, Bêbados e Desordeiros: Trabalhadores Livres no Piauí Rural Escravista (1850-1888). IN: EUGÊNIO, João Kennedy (org). Escravidão Negra no Piauí e Temas Conexos. Teresina: ADUFPI, 2014.

temer”, isso quando não dizem que a província está em paz porque não existem mais nestas terras os selvagens. Não há como negar que ocorreu uma mistura dos índios com os outros moradores desta província, mas como lembra Almeida:

Os índios integrados misturaram-se muito, não resta dúvida, entre si, e com outros grupos étnicos e sociais. Porém, muitos chegaram ao século XIX ainda afirmando a identidade indígena e reivindicando direitos que a legislação lhes concedia<sup>26</sup>.

Refletindo sobre o que coloca o trecho acima, não podemos cometer o erro de afirmar que os indígenas que aqui viviam foram totalmente dizimados, ou que ao misturarem-se com outros deixaram de ser índios, dispensando assim relatos sobre sua permanência nestas terras. Muitos dos que aqui viviam encontraram formas de sobrevivência, continuaram defendendo sua identidade vivendo livres, ou mesmo aldeado e reagindo quando se sentiam ameaçados. Esse estado poderá ser observado analisando os relatórios de províncias apresentados no decorrer deste trabalho

De fato até 1835, ocorreu a morte de muitos indígenas, pois segundo Odilon Nunes, no período colonial os índios fervilhavam neste território, e contrariando o que afirma Monsenhor Chaves<sup>27</sup> de que o último levante indígena no Piauí teria sido em 1793, não havendo mais luta. O que podemos perceber nos relatórios de províncias é que ainda existiam amplos espaços territoriais que estavam sendo habitados pelos gentios, que mostraram ter experiências mediante a tentativa de capturá-los. Essa situação fica evidente na fala do então Presidente da Província o Visconde da Parnahiba:

Contudo, alguns lugares da comarca de Parnaguá têm sido flagelados com correrias do gentio bárbaro, que habita aqueles vastos sertões; e havendo mostrado a experiência, mediante algumas medidas, que se tem tomado, que a defensiva não é suficiente, para os conter, parece forçoso recorrer a meios mais vigorosos, indo a procura do gentio em suas aldeias<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Coleção FGV de bolso. Série História).

<sup>27</sup> CHAVES, Monsenhor. Obra Completa. Teresina. Fundação Monsenhor Chaves. 1998.

<sup>28</sup> Núcleo de Pesquisa, História e Memória – NUPEM/UFPI/Núcleo de Microfilmagem. (Doravante NUPEM). Fala com que o presidente da Província do Piauí, Sousa Martins, abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras, Impresso na Typ. 04 de outubro de 1842. P 10 e 11.

Junto ao desejo de ocupar estas terras existe também o desejo de livrar-se dos gentios bárbaros que estão neste espaço, vistos como um obstáculo que será superado. Esse fato também atesta que muitos indígenas sobreviveram às guerras contra eles declaradas, e ainda permaneciam ocupando algumas áreas nesta província. Embora conforme podemos observar no relato acima, esta ocupação não fosse durar muito tempo, tendo em vista que o desejo era retirar os indígenas destas terras mesmo que tivessem que usar de meios mais vigorosos.

A existência indígena e a necessidade da catequese como meio de civilizá-los, como veremos no capítulo seguinte, ainda será fortemente utilizada neste período. Mesmo que os discursos afirmassem que os índios tinham sido extintos, o que podemos observar nas fontes até aqui analisadas, e analisando os relatórios elaborados pelas próprias autoridades é que muitos deles ainda habitavam esta província.

A administração na deficiência de meios, com que pudesse cuidar do aldeamento dos índios de forma proveitosa a si e à província, tirando-os das matas, onde ocupam importantes partes de nossos territórios, tem se limitado a proteger os fazendeiros de suas incursões e ataques, recomendando o rigor contra eles somente no último caso<sup>29</sup>.

Nesse relato feito pelo Vice-Presidente da Província Luiz Carlos de Paiva Teixeira, datado de julho de 1853, podemos observar a necessidade de retirar os índios das matas onde ocupam boa parte de “nossos territórios”. Os indígenas teriam suas terras ocupadas porque, na visão do Vice-Presidente, não pertenciam aos nativos. Essa retirada se daria de forma pacífica, com os indígenas aceitando as ordens dos administradores, caso contrário, fariam uso de outros meios como a guerra, que seria realizada apenas em último caso.

Tendo em vista que depois da independência do Brasil, em 1822, não foi criada uma lei específica para as questões indígenas em âmbito nacional, permitiu-se que cada província agisse por conta própria, e muitos foram os desmandos cometidos pelas autoridades provinciais. Mas essa questão será aprofundada mais adiante, por hora voltaremos para o espaço em que estes sujeitos ainda encontravam meios para sobreviver, sendo que o pensamento da época ainda era de reduzir “pequenos arraiais a elegantes e populosas cidades”.

---

<sup>29</sup> Fala com que o vice presidente da Província do Piauí, Luiz Carlos de Paiva Teixeira, abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Theresina. 01/07/1853. p.10.

Os indígenas no Piauí ocupavam uma grande extensão de terras. Com o avanço dos desbravadores essas terras foram retiradas dos índios, sendo que para isso esses foram, em sua maioria, mortos e os que sobreviveram foram expulsos de suas terras. As aldeias onde muitos habitavam deram espaço para a criação das vilas. Tais vilas foram pensadas como uma forma de facilitar a administração e proporcionar no Piauí um aumento populacional.

D. José I envia uma carta régia ao primeiro governador do Piauí João Pereira Caldas<sup>30</sup> com a incumbência de fundar vilas na capitania, o Piauí assim como as demais capitanias “tornou-se alvo da obsessão pelo aumento populacional”<sup>31</sup>, sendo que provavelmente a população nem seria pouca, mas como residiam em fazendas distantes uma das outras isso pode ter deixado à imagem de que a população era pouca quando na verdade era apenas dispersa em um amplo território. As vilas fundadas foram: Campo Maior, Jerumenha, Marvão, Parnaíba, Parnaguá e Valença. Todas tiveram sua importância para a História piauiense, contudo, como forma de melhor sintetizar o trabalho e não nos distanciarmos do nosso objeto de pesquisa, no caso, os índios, vamos direcionar nossa escrita para algumas das vilas que foram redutos indígenas, como forma de encontrar vestígios que estes sobreviveram muito além do que pensamos.

As vilas escolhidas para estudo nesta pesquisa são: a Vila de Parnaguá, Oeiras e Jaicós. Ambas, além de terem sua História ligada às aldeias indígenas, no período aqui pesquisado, quando se pensavam que os indígenas não mais existiam, eles ainda podiam ser encontrados nestas áreas, contrariando algumas fontes oficiais e alguns historiadores, como Mott, por exemplo, que afirmava de forma categórica que não mais existiam índios “A inexistência em nossos dias de, sequer, um grupo indígena fala por si só”. Corroborando assim para a ideia de que os índios foram dizimados mediante o ataque violento dos colonizadores.

### **1.1.1 A Vila de Parnaguá**

---

<sup>30</sup> MOTT, Luiz R. B. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985. NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. Teresina: FUNDAPI, 2007.

<sup>31</sup> FONSECA, Rodrigo Gerolineto. A Pedra e o Pálio: relações sociais e culturais na Capitania do Piauí no Século XVIII. Teresina. Dissertação de Mestrado. Universidade federal do Piauí. Teresina, 2010.

Além de ter sido o local onde mais encontramos relatos sobre os índios no Piauí oitocentista, Parnaguá era um local visado pelos exploradores, tendo em vista que esta área dispunha de terras férteis para o cultivo da agricultura. Em relato do Presidente da Província Sousa Martins, em 1835, expõe que:

Existem terras, na província, incultas e desaproveitadas em termo da Villa de Parnaguá para parte do poente, confinando com Goiás, em que as quais, será conveniente quanto antes, mandar fundar alguns estabelecimentos ou colônias, visto que prometem em breve consideráveis vantagens pela sua fertilidade. Informa-me a Câmara Municipal da Villa de Parnaguá que, nas ditas terras, se deixam ver lindas florestas próprias para todo o gênero de culturas, há menos prados cobertos de tantas variedades de capim, que se tornam susceptíveis de toda a qualidade de criação, e que além dos muitos ribeiros de excelentes lagoas existem rios [...] é verdade que se oferece para esta empresa o embaraço do gentio bravo, que povoando por ora este delicioso terreno tem feito algumas hostilidades, obstáculo este que poderá remover-se com a catequese e civilização desses indígenas.<sup>32</sup>

Neste relato percebemos a existência de três fatores importantes para a História indígena e a história do Piauí. Primeiro que no Piauí ainda existiam terras incultas próprias para o cultivo, e isto despertava nos exploradores a necessidade de “ocupá-las” e explorar essa rica terra em benefício próprio. Em segundo, para ocorrer essa exploração enfrentavam o fato de que nesta área viviam alguns gentios, que no relato são colocados por hora como embaraço, mas que isto seria resolvido com a catequese, que é o terceiro fator relevante neste relato.

Embora em meados do século XIX o discurso era de que os indígenas estavam dizimados, não temos como ir contra os relatos que nos atestam o contrário, de que os indígenas da vila de Parnaguá ainda sobreviviam, mesmo que ocupando terras que estavam sob o interesse dos exploradores que farão uso da catequese para civilizá-los e assim usufruir dessas terras. O que aconteceu com os índios desta vila após a catequização as fontes não nos dizem, apenas podemos atestar que os índios resistiram ao processo de ocupação muito além do que pensamos. Por ter sido o local onde mais encontramos fontes, Parnaguá se torna uma região que carece de pesquisa para entendermos melhor essas relações que lá se estabeleceram.

---

<sup>32</sup> Fala com que o presidente da Província do Piauhy, Souza Martins, abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras, Impresso na Typ. Saquarema. 04/05/1835. p.10.

Localizada na região mais ao Sul da Província, Parnaguá vivia constantemente aparecendo em relatos e correspondências, devido ter um fluxo constante de indígenas. Deste modo podemos afirmar que as autoridades e os latifundiários ainda conviviam cotidianamente, e por motivos vários, com a presença de índios.

Em relação aos possíveis índios que ainda podiam estar povoando essa terra tomamos por base algumas informações do trabalho da Ana Stela Negreiros de Oliveira no qual vai informar que, em Parnaguá, registrou-se a presença de diferentes tribos, dentre elas, cita-se os Tapacuí que habitavam esta região e os rios Gurguéia e Uruçuí. Outra tribo que a autora trás como pertencente a este espaço seria os Xerentes que ainda estavam ali em 1827. Os Acroás e os Acroás mirins também se encontravam em Parnaguá em 1807. Deste modo podemos supor que os indígenas aos quais as fontes fazem referência podem estar ligados a algumas dessas tribos.

### **1.1.2 A Vila de Oeiras**

A área que compreende Oeiras, no período em que esta pesquisa aborda está inserida na sesmaria de terras que foi concedida a Julião Affonso Serra em 1678<sup>33</sup>, o qual estabeleceu ali um arraial de índios domésticos, para defesa de suas fazendas e lavouras, infestadas pelas correrias dos índios bárbaros que habitavam o norte. Índios domésticos eram aqueles que logo em princípio sediam às ordens dos colonizadores, unindo-se a eles. É salutar lembrar que ao longo desse processo de exploração essa união foi utilizada pelos indígenas como forma de permanecerem nas terras que já habitavam. Os índios domésticos serão uma das várias possibilidades de resistências que os indígenas terão nesse processo de ocupação de todo o território brasileiro.

Deste relato da utilização de índios domésticos para combater os índios bárbaros na Vila de Oeiras suscita até a atualidade, um amplo debate sobre a relação dos índios com o povo “civilizado” e a própria relação entre índios. E foi a partir destas discussões que provavelmente surgiu à máxima de que os índios eram,

---

<sup>33</sup> Fala com que o presidente da Província do Piauí, Dr. Raimundo Theodorico de Castro e Silva, abriu a 2ª Sessão Ordinária da 25 legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Piauí. Theresina, Imprensa na Typ. Da Imprensa. 01/06/1885. p.93.

em sua grande maioria, bárbaros e preguiçosos, quando na verdade estes procuravam apenas outra forma de resistir às invasões que seus territórios sofriam, não cedendo ao convívio com os colonizadores e em outros casos passando a conviver com estes.

Oeiras era de uma riqueza prodigiosa para todo o gênero de criação, onde estavam situadas as melhores fazendas. Possuía também boa condição para a agricultura. Por essas características e por encontrar-se povoada por índios e escravos, acabaram por acontecer a aproximação desses dois grupos. Como um caso de 1790, onde foi batizado Manoel, filho natural de um índio e Isabel que era uma escrava. Essa aproximação entre índios e outros grupos foi comum não apenas em Oeiras, mas em todo o Brasil, e esse fato estará ligado diretamente ao suposto “desaparecimento” dos índios nos relatos oficiais.

Essa mistura entre índios e escravos contribuiu fortemente para o “desaparecimento” indígena, mas também pode ser pensado como uma forma de resistência encontrada pelos índios. A união mista<sup>34</sup> também foi umas das medidas adotadas pela política pombalina<sup>35</sup>, que entrou em vigor após a expulsão dos jesuítas, que visava dentre outras coisas à incorporação dos povos indígenas aos costumes da população dita civilizada.

Oeiras foi a primeira capital do Piauí, mas não ganhou destaque apenas por este fato. Por ficar próxima à região do Gurgueia, que também tinha uma intensa movimentação indígena e onde possivelmente viviam os índios Gueguê, a região da antiga capital é trilhada por diferentes tribos indígenas. Observando documentos eclesiásticos, tanto do século XVIII como do XIX, é possível identificar que muitos foram os batizados e casamentos que ocorreram nesta região, envolvendo a aproximação entre índios e os demais sujeitos que habitavam esta área. Nessa região alguns indígenas, como forma de fugir, fizeram alianças com os negros<sup>36</sup>. Essa camaradagem entre índios e outros sujeitos, em grande parte corrobora para a “extinção indígena”, mas a existência de vários registros de batismos de filhos

---

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. O Povoamento Colonial do Sudoeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistências. Recife. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2007.

<sup>35</sup> Após a expulsão dos Jesuítas, Pombal assumiu a responsabilidade destes e lançou mão de algumas medidas para serem realizadas com os indígenas, entre elas estava o incentivo para o casamento dos indígenas com outros sujeitos: negros, escravos, a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, a proibição do uso da língua nativa, a adoção de nomes portugueses no lugar de nomes indígenas, etc.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. Op. cit. p. 20.

nascidos de índia mais escravo, ou Preto em Oeiras nos comprova que os índios viveram nesta região bem mais do que supõe a historiografia.

### 1.1.3 A Vila de Jaicós

Jaicós tem sua importância para esta pesquisa na medida em que seu início é ligado a uma aldeia de índios da tribo ou família Jaicós, e é até hoje situada no mesmo local, mantendo o mesmo nome. Uma das primeiras possibilidades que temos para discutir neste trabalho parte justamente de Jaicós. Uma vez que os índios que lá habitavam são descritos como domésticos, isso desconstrói a ideia de que esses “primitivos” eram, em princípio, todos selvagens.

Há ainda o desejo do governador, descrito em relato de Sousa e Castro, que o diretor da aldeia de Jaicós não deixasse que “os índios faltasse à missa e tivessem todo o respeito pelo pároco”<sup>37</sup>. Imbuído a esta vontade está, na verdade, o desejo do governador de transformar os índios em seres subordinados aos preceitos do catolicismo. Por serem tidos como domésticos e terem absorvido os preceitos cristãos, não nos causa estranhamento que logo no início do século XIX relatos apontam que os indígenas desta região haviam desaparecido.

Em 1819 a Aldeia de Jaicós já havia perdido o seu principal característico de núcleo indígena, pela população de castas variantes que continha, mas ainda era governada por um diretor, que então era Alexandre Bartholomeo de Carvalho. Em 1825 ainda restavam os vestígios da antiga aldeia, os quais foram pouco a pouco desaparecendo, de maneira que hoje só conserva dos índios, o nome e a tradição<sup>38</sup>.

O Diretório Pombalino, mesmo tendo suas leis abolidas em 1798, elas continuaram sendo utilizadas como instrumento legal em algumas províncias até 1833. O fato de Jaicós continuar sendo governada por um diretor nos faz pensar que provavelmente esse tenha sido um dos espaços onde essas leis permaneceram sendo empregadas, mesmo após a extinção dos diretórios. Outro fato interessante a ser analisado sobre Jaicós está no Jornal “O Correio”, de 1835, onde fica evidente a provável extinção dos indígenas de suas aldeias, passando este espaço a domínio

<sup>37</sup> Falla com que o presidente da Província do Piauí, Dr. Raimundo Theodorico de Castro e Silva, abriu a 2ª Sessão Ordinária da 25 legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Piauí. Theresina, Impresso na Typ. da Imprensa. 01/06/1885. p.100.

<sup>38</sup> Falla com que o presidente da Província do Piauí, Dr. Raimundo Theodorico de Castro e Silva, abriu a 2ª Sessão Ordinária da 25 legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Piauí. Theresina, Impresso na Typ. da Imprensa. 01/06/1885. p.100.



das autoridades: “entra em discussão o projeto nº 13 sobre darem-se para patrimônio da Vila de Jaicós as terras, em que foram aldeamento de índios do mesmo nome”<sup>39</sup>. Como os indígenas não tinham representantes no cenário político, não teve quem falasse por eles, sendo assim suas terras foram transformadas em patrimônio sem nenhum empecilho.

Em Jaicós, por mais que logo no início do século XIX existam relatos de que não havia mais índios e suas terras estavam sendo doadas ao patrimônio público, permaneceram traços da cultura indígena, o que nos faz pensar que eles conseguiram sobreviver e imprimir nesta localidade características de suas práticas culturais, merecendo deste modo uma presença viva na História.

Permaneceu a tradição indígena num território em que os índios foram submetidos a outros costumes e que por fim ainda tiveram as terras nas quais suas aldeias estavam localizadas, transformadas em patrimônio. Mesmo que destituídos de suas terras esses indígenas cravaram suas práticas culturais, e se mantiveram presentes na região de Jaicós, e este fato nos impede de descrevê-los como dizimados.

## **1.2 Relações entre os diferentes sujeitos no Piauí, nas primeiras décadas do Império**

O Piauí ocupa um vasto território. Embora por muito tempo tenha sofrido um demorado processo de aumento populacional, as relações que aqui se estabeleceram se desenvolveram de forma conflituosa. Desde o encontro dos índios com os colonizadores, quando os indígenas tiveram suas terras invadidas para dar espaço à exploração destas por meio da criação de bovinos, os criadores no intuito de terem um grande espaço para desenvolverem seus negócios, continuaram expropriando as terras indígenas e fazendo uso de uma força de trabalho escrava, e foi deste ambiente que emergiu a maior parte dos conflitos que aconteceram no Piauí.

---

<sup>39</sup> Jornal O Correio da Assembleia Legislativa da Província do Piauí. Oeiras, Impresso na Typ. De Silveira e Camp. 24 Jun. 1835, p. 01. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acessado em Maio de 2015.

Após a proclamação da Independência, as fazendas tornaram-se patrimônio do governo Imperial, passando de Fazendas do Fisco a Fazendas Nacionais<sup>40</sup>, e que como forma de controle por parte dos administradores, foram divididas em três departamentos ou inspeções: Nazaré, Canindé e Piauí. Delas partem os muitos relatos que temos sobre os sujeitos que aqui viviam escravos, homens libertos, índios, agregados, vaqueiros e fazendeiros. E o processo de exclusão dos índios, não só de suas terras, mas também da história encontra espaço neste momento. Embora neste período em discussão muitos indígenas tenham sido mortos, eles não foram mortos em número total, o que nos faz pensar que mesmo sobrevivendo eles foram, ao longo dos anos, ignorados, o que dificulta e muito as pesquisas sobre estes. É como assegura John Monteiro, mesmo que alguns esquecidos da história começaram a “saltar do silêncio dos arquivos para uma vida agitada os índios permaneceram basicamente esquecidos pela história”. E foi isso que aconteceu com os índios do Piauí ao longo tempo.

Mas muitos indígenas estavam por aqui, e permaneceram aqui, prova isso as informações da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) de que no Nordeste ainda apresenta um grande número de índios, cerca de 25%, sendo a Bahia e depois Pernambuco os lugares com maior concentração indígena. O Piauí fica à frente em números de índios apenas do Rio Grande do Norte<sup>41</sup>, mas por menor que seja a população indígena no Piauí, esses poucos remanescentes contrariam as expectativas de que eles deixaram de existir em virtude do processo de exploração. Se ainda há estes (sobre)viventes no Piauí, eles tiveram o início de sua árvore genealógica em uma determinada época, e o que nos impede de pensar que muitos destes têm suas origens ligadas aos índios que sobreviveram aos vários processos de guerras, expulsão das terras, ocorridos no período aqui estudado?

O fato da história por muito tempo ter olhado apenas para os grandes acontecimentos, para os heróis, dificulta a pesquisa sobre outros sujeitos que foram importantes para a formação da sociedade atual. A documentação que possivelmente esteja nos arquivos encontra-se perdida em meio a tantas caixas que

---

<sup>40</sup> OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: Indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. Recife. Tese, Universidade Federal do Pernambuco, 2007.

<sup>41</sup> Informações retiradas do mapa apresentado pela FUNAI disponibilizado em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?start=4#>. Acessado em 20/04/2015.

agregam diferentes documentos, e quando encontrada já estava em estado de deterioração avançado, dificultando assim a leitura.

A busca em descrever as relações sociais entre os grandes fazendeiros e seus subordinados terá predomínio na História do Piauí, e isso não facilitará a pesquisa sobre indígenas. Isto porque não ocorre uma identificação de quem seriam esses subordinados, deste modo, se os índios foram misturados aos agregados, aos vaqueiros, aos livres, não sabemos, pois ao falarem destes os colocam como homogêneos, sem distinguir as possíveis diferenças que poderia existir entre eles. Mas para Brandão foi muito comum no Piauí a “aliança entre negro e índio”<sup>42</sup> por isto não há como falar desses conflitos sem questionar a presença indígena.

No Brasil de modo geral havia o desejo de negar aos índios a sua identidade, passando-os à condição de assimilados/aculturados, quando se misturavam aos colonizadores. Talvez encontrassem aí os indígenas piauienses.

Nessa perspectiva assimilacionista predominante, por longo tempo, no pensamento antropológico, os índios integrados à colonização tornavam-se indivíduos aculturados e passivos que, junto com a guerra, perdiam culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistências. Tal concepção teórica, hoje bastante questionada, tinha ampla aceitação num tempo em que historiadores e antropólogos andavam afastados e seus campos de estudo eram nitidamente distintos<sup>43</sup>.

Nesse processo de absorção de outra cultura, os índios piauienses podem ter se transformado em vaqueiros, agregados, escravos e possivelmente não há como comprovar ou contestar essa hipótese, porque relatos referentes à época não nos permite fazer essa identificação, e hoje infelizmente essa possibilidade encontra vários obstáculos em consequência da escassez, ou dificuldade de localizar as fontes. A distinção que havia entre o estudo da história e da antropologia dificultou a compreensão das mudanças que muitos povos passaram, mas recentemente esse distanciamento entre História e a antropologia foi caindo em desuso, juntando a estes os estudos arqueológicos que juntos muito têm a contribuir para novos estudos sobre os povos indígenas.

Misturados com os índios, ou não, o vaqueiro foi, assim como o escravo, o responsável pela produção que movia a economia piauiense. Sendo o vaqueiro

---

<sup>42</sup> BRANDÃO, Tanya Maria Pires. O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII. Teresina. Editora da universidade Federal do Piauí, 1999.

<sup>43</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Coleção FGV de bolso. Série História)

aquele que cuidava das fazendas de gado e tudo que diz respeito a ela. Capistrano de Abreu em Capítulos de História do Brasil já falava da importância do vaqueiro.

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado no novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada<sup>44</sup>...

Este conhecimento poderia colocar o vaqueiro como pessoa mais importante que os próprios fazendeiros, mas como a condição social é quem tende a determinar a linha de importância dos sujeitos, estes sempre ficaram a mercê dos grandes fazendeiros.

No domínio da terra destacava, pois, social e politicamente os grandes senhores do restante da população, fazendo com que pequenos proprietários e colonos sem terra se vissem impedidos de ocupar posição social mais relevante<sup>45</sup>.

E neste cenário de desigualdades o índio também se fazia presente em meio aos agregados, escravos e vaqueiros, desenvolvendo o mesmo trabalho, vivenciando o mesmo cotidiano e contribuindo na fuga dos escravos. Os índios, como exímios conhecedores das matas, “indicavam lugar seguro para esconderijo e dificultavam a ação dos capitães dos matos”<sup>46</sup>. Mas as fontes e a história só têm privilegiado uma parte desta narrativa, deixando no escuro aqueles que mais sentiram os resultados desses conflitos, os índios.

Os fazendeiros desfrutavam de grande prestígio e poder, passando assim a interferir na política local. Em troca de favores davam proteção a alguns sujeitos que viviam livres sem ocupação, sendo acusados de proteger a criminosos. Essa relação é conflituosa desde o período colonial, quando fazendeiros “concorriam com a autoridade do Estado e davam abrigo aos agregados, também entendidos com transgressores das leis”<sup>47</sup>. Em meio às intensas relações de interesse e maus tratos que aconteceram por anos, fazendeiros, vaqueiros e escravos teceram uma

---

<sup>44</sup> ABREU, Capistrano de. Capítulos de História do Brasil Colonial. (1500-1800). São Paulo: Publifolha, 2000.

<sup>45</sup> BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A elite colonial piauiense: família e poder. 2ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2012.

<sup>46</sup> BRANDÃO. Tanya Maria Pires. Op. cit. p. 164.

<sup>47</sup> FONSECA, Rodrigo Gerolineto. A Pedra e o Pálio: relações sociais e culturais na Capitania do Piauí no século XVIII. Teresina. Dissertação de Mestrado. Universidade federal do Piauí. Teresina, 2010.

convivência conflituosa, tendo sempre como resultado ganhos para uns e perda para outros. E na busca por entender estes conflitos, pareceu insignificante para os historiadores identificar quem seriam esses vaqueiros e escravos, deixando de encontrar diferentes sujeitos que viviam juntos desenvolvendo a mesma função, mas tinham culturas e hábitos diferentes. E foi nesta não identificação dos homens envolvidos nesta relação que os indígenas perderam espaço na História, nos relatos e na pesquisa.

### 1.3 Divergências: índios versus as leis

As leis buscavam equilibrar o interesse da coroa, em explorar os índios como força de trabalho e ao mesmo tempo mantê-los como aliados<sup>48</sup>, e depois de um longo período de frouxidão, em 1845 foi criado o decreto nº 426 que tinha por objetivo regulamentar acerca da catequese e civilização dos indígenas. A partir desse decreto a responsabilidade sobre os índios ficaria a cargo das províncias, isso se daria através da nomeação de um Diretor Geral dos índios feita pelo Imperador.

Ao Diretor Geral competiam algumas atribuições, dentre elas encontramos uma das ações que, possivelmente tenha contribuído para a queda do número de etnias. O parágrafo 2º do Art 1º diz: “Indagar os recursos que oferecem para a lavoura, e comércio, os lugares em que estão colocadas as aldeias; e informar ao Governo Imperial sobre a conveniência de sua conservação, ou remoção, ou reunião de duas, ou mais, em uma só”<sup>49</sup>. Informar qual conveniente seria a junção de duas ou mais aldeias em uma, mas conveniente a quem? Aos diferentes grupos indígenas cada qual tendo um modo de vida e costumes diferentes? Supostamente que não.

Para além dessa junção de várias aldeias em uma, outro parágrafo do referido decreto busca a inserção dos índios no convívio dos demais sujeitos. §19 “empregar todos os meios lícitos, brandos e suaves, para atrair índios às aldeias; promover casamentos entre os mesmos, e entre eles e pessoas de outra raça”<sup>50</sup>. O

<sup>48</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Coleção FGV de bolso. Série História)

<sup>49</sup> BRASIL. Collecção de Leis do Império do Brasil de 1844. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845. Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>. Acesso em: 02 jun 2015.

<sup>50</sup> BRASIL. Collecção de Leis do Império do Brasil de 1844. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845. Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845. Disponível em:

interesse em promover o casamento entre índios e pessoas de outras raças era uma prática presente deste o período pombalino. Contudo, quero dizer que não sou contrária a essa ideia, apenas acredito ser necessário entender o real motivo por detrás do incentivo a essa prática.

Outro ponto a ser pensado neste parágrafo diz respeito ao fato de como os indígenas eram atraídos para as aldeias, esse momento é conhecido como descimento, e para que houvesse por parte dos indígenas uma aceitação quanto aos descimentos, os colonizadores utilizavam de muitos métodos.

Os métodos recomendados são invariavelmente a persuasão e a brandura: os padres devem convencer os índios a acompanhá-los espontaneamente, dizendo-lhes que serão livres, senhores de suas terras nas aldeias e que estarão melhor nas aldeias do que no sertão.<sup>51</sup>

Nas aldeias se existia algo que os indígenas não possuíam era liberdade. No Piauí, assim com em todo o Brasil, o aldeamento era das “principais estratégias de controle no período posterior à expulsão dos jesuítas”<sup>52</sup>, e no decreto ora analisado percebemos que todos os atos realizados pelos indígenas nos aldeamentos como: costumes, meios de subsistência utilizados, as rendas obtidas nas produções de lavouras e pescas, quanto haviam ganhado em dinheiro, quantos índios tinham na aldeia, tudo era relatado anualmente pelo Diretor Geral dos índios na Província<sup>53</sup>.

Supomos que esse processo de unir diferentes tribos, que vinham de diferentes partes territoriais já trazia como principal objetivo por parte dos exploradores a ideia de que na posterioridade alegariam que estas terras, de onde os indígenas tinham saído para adentrar na aldeia não tinham donos, porque os índios não mais habitavam aquele espaço. Desse modo àquelas terras agora estavam devolutas e, caso algum indígena quisesse recorrer depois da implantação de lei de terras de 1850, isso não seria possível porque o art. 1º da Lei de 1850 diz

---

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>. Acesso em: 02 jun 2015.

<sup>51</sup> MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios Livres e Índios Escravos: Os princípios da legislação Indigenista do Período Colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/Secretária Municipal de Cultura. FAPESP, 1992. p, 115 a 132.

<sup>52</sup> Para saber mais sobre os índios e aldeamento no Piauí, ver artigo: Negros e índios na Capitania de São José do Piauí, 1720-1800. Mairton Celestino da Silva.

<sup>53</sup> Para saber mais sobre a forma de tratamento dedicada aos índios tendo por base o decreto, ler o mesmo por completo. Tendo em vista que neste trabalho não será possível traçar uma análise completa do mesmo. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>.

que “Ficção proibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra”<sup>54</sup>.

Com esse artigo apenas aqueles que já possuíam terras é que teriam condições de comprar essas terras devolutas, retirando dos indígenas a possibilidade de aquisição de terras, pois dificilmente teriam o dinheiro necessário para a compra. E segundo o que foi estabelecido no parágrafo 15º do decreto de 1845 os nativos só passariam a ter terras fora das aldeias mediante:

Seu bom comportamento e desenvolvimento industrial mereçam se lhes concedam terras separadas das da Aldeia para suas granjearias particulares. Estes Índios não adquirem a propriedade dessas terras, senão depois de doze anos, não interrompidos, de boa cultura, o que se mencionará com especialidade nos relatórios anuais; e no fim deles poderão obter Carta de Sesmaria.<sup>55</sup>

As leis aqui analisadas agiram de forma rigorosa em relação aos indígenas. A Lei de Terra de 1850, por exemplo, será usada como forma de legitimar a expropriação das terras indígenas, uma vez que os índios sendo aldeados as terras ficariam devolutas e nesta condição elas passariam a ser do estado, conforme podemos notar no art. 12 da referida lei: “O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos Indígenas: 2º, para a fundação de Povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões e assento de Estabelecimento publico: 3º, para a construção naval”<sup>56</sup>.

Percebemos ai a intervenção do governo provincial nas formas de divisão e demarcação de terras em que serão edificadas as estratégias para a colonização indígena. A lei que deveria se caracterizar por buscar determinar e protegeras áreas indígenas, de forma legítima, acaba por espoliar as terras dos índios. Ao passo que ocorria o aldeamento indígena por meio dos descimentos, que seria “deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos”<sup>57</sup> e isso

<sup>54</sup> BRASIL. Collecção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850. Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850, p. 01. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 15 de abril 2015.

<sup>55</sup> Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>. Acesso em: 02 jun., 2015.

<sup>56</sup> BRASIL. Collecção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850. Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850, p. 307. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 15 Abril, 2015.

<sup>57</sup> MOISÉS, Beatriz Perrone. Op. cit. p. 118.

acontecia desde os primórdios da colonização, as terras que estes índios viviam se tornavam inabitadas.

Nessa “legalização” das terras os indígenas continuavam a sofrer com sua exclusão do espaço. Se antes ela acontecia por meio de guerras, mortes, aldeamentos forçados ou não, a partir da criação de leis, a exclusão da terra ganhou legitimidade e, de certa forma, minava-lhes grande parte da sua resistência.

Ressalte-se, entretanto, que se nos primórdios desse contato entre brancos e índios, os indígenas encontraram formas de resistência e sobreviveram em um cenário bastante desfavorável, agora mesmo com a criação de lei que favoreçam a exclusão destes das terras, eles continuaram a lutar por seus direitos, numa demonstração de que ainda lutam para ter sua cultura respeitada, mesmo que sofrendo influência de outras, e reivindicam o seu direito à terra. Essa luta perpassou séculos e ainda continuou por acontecer, uma manifestação clara de que a questão indígena é merecedora de maiores estudos.



## CAPÍTULO 2

### UMA TÁBULA RASA AOS PRECEITOS CRISTÃOS<sup>58</sup>

Ao chegarem ao Brasil os navegadores imaginavam ter encontrado uma terra de ninguém, e a cada pedaço de terra que encontravam davam o nome do santo do dia<sup>59</sup>. Assim como os navegadores, aqueles que se propuseram a escrever sobre a História do Brasil também renegaram a presença indígena como sujeitos ativos neste cenário, ou se não negaram, os colocaram como elemento dispensável para a construção desse cenário que vivemos. E o que foi perpassado pela historiografia ao longo dos anos é que os índios não poderiam ser considerados parte da nação, principalmente porque tinham um modo de vida diferente dos outros habitantes das terras brasileiras.

Muitos daqueles que passaram a explorar o Brasil e os índios vinham de um lugar em que não eram apenas diferentes dos índios no jeito de viver, comunicar, sobreviver. Traziam consigo culturas e costumes bem diferentes dos que aqui eram praticados pelos indígenas. Para Costa<sup>60</sup> “uma visão europeia, de um ocidente cujas concepções de mundo estavam fortemente ligadas à disciplina cotidiana e à civilização dos costumes, de cunho científico ou não” diante desta diferença de costumes e hábitos, que não foi pensado assim pelos exploradores, os índios passaram para a história como os bárbaros e selvagens nessa relação.

Como veremos, não apenas no período em que os índios foram administrados pelos jesuítas, mas também durante o predomínio da política pombalina os índios serão submetidos a mudanças na sua forma de viver e em suas práticas cotidianas. Mas como assegura Almeida os índios não podem ser vistos apenas como coitados nesta relação, pois eles souberam tirar proveito nesse novo panorama. Perceberam por exemplo que, ler e escrever o português eram um ótimo instrumento para reivindicar suas mercês ao Rei. Esse recurso foi amplamente

---

<sup>58</sup> Uma tábula Rasa aos Preceitos Cristãos é como o historiador Maico Oliveira Xavier via os índios da Vila Viçosa Real no Ceará. XAVIER, Maico Oliveira. “Cabôcullos são os brancos”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX. Fortaleza. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2010.

<sup>59</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a história indígena. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). História dos Índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/Secretária Municipal de Cultura. FAPESP, 1992.

<sup>60</sup> COSTA, João Paulo Peixoto. Disciplina e Invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820). Teresina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, 2012.

utilizado, principalmente, pelos líderes indígenas. Embora não tenha sido possível localizar essa prática no Piauí, como dito, Almeida a elenca como muito usada pelos índios.

Esse processo de transformação dos índios em súditos cristãos do Rei se desenvolveu de forma complexa, com muitos acordos, concessões, tolerância, e onde os padres também se transformavam<sup>61</sup>, muitas vezes adaptando-se ao modo de vida ou práticas nativas, como uma forma de conquistar a confiança indígena.

Objetivando ganhar ovelhas para o rebanho de Deus, os padres tinham que, antes de tudo, em certos ensejos, lançar mão de estratégias pelas quais eram obrigados a tolerar certos comportamentos dos nativos. Por isso, num instante lá estavam eles nas procissões, missas, e demais ritos cristãos, noutra apresentavam também suas manifestações culturais: danças, carreiras, lutas e tiros de flechas<sup>62</sup>.

Muitos sacerdotes souberam recuar em seus dogmas para manter um entendimento com os índios e nesse ambiente, explorador e explorado souberam conviver com as diferenças e, na medida do possível, ter seus ganhos mediante o serviço do outro. Não podemos esquecer que os indígenas, mesmo sabendo tirar proveito dessa situação e sobreviver com esta nova realidade, foram as grandes vítimas desse conflito, pois é inegável que a morticidade indígena aconteceu em grande escala.

Infelizmente as fontes aqui analisadas trazem apenas a visão dos exploradores, onde segundo os quais a catequização ainda se fazia necessária para o indígena piauiense, mas como os índios reagiram a essa “necessidade” de serem catequisados é uma versão que precisa ser encontrada. Como demonstra algumas fontes, alguns indígenas mostraram resistência quando eram pra ser aldeados, desse modo, pressupomos que estes também podem ter resistido à catequização.

## 2.1 Catequização

A catequização será por muito tempo vista como “arma” para civilizar os indígenas, sendo que essa ação buscava por meios dos preceitos cristãos ensinar

---

<sup>61</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Coleção FGV de bolso. Série História)

<sup>62</sup> XAVIER, Maico Oliveira. “Cabôcullos são os brancos”: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX. Fortaleza. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2010.

aos índios para além de rezas e orações, alguns comportamentos como: andar vestidos, casar, a não mancebia, não beber. Se ela foi predominante com os jesuítas e na administração pombalina, durante todo o século XIX, não será diferente. A catequização ainda estará presente no regulamento das missões de 1845. Trazer os índios para o ceio das práticas católicas significou em verdade, conflitos, mortes, desentendimentos, traições e a justificativa que os nativos tinham aderido à cultura do homem branco, deixando assim de serem índios.

O pensamento de conduzir os índios ao ensinamento da igreja até poderia ser bom, se estivesse de acordo com a vontade dos índios, e se não estivesse junto a esse desejo outros interesses. Para Xavier “dependendo do apoio régio à pregação do Evangelho, os jesuítas tinham que, ao difundir a palavra de Deus, ganhar novos súditos para o rei, ajudá-lo a consolidar seus domínios”<sup>63</sup>. A conversão indígena ao catolicismo estava assim atrelada a outros interesses, e não apenas fazê-los seguir os mandamentos da religião.

Mesmo no momento em que se pensava que os índios não mais existiam, eles não só existiam como continuavam sendo estimulados á prática dos dogmas cristãos. Conforme foi abordado no capítulo anterior, percebemos o respeito com que os indígenas eram orientados a manter com o padre, não faltando à missa e tratando o pároco com respeito. Essa imagem de superior atribuída aos vigários e seu posto de tutor dos índios aldeados ou missionados, segundo Xavier “não diverge do que eles próprios pensavam, pois para a igreja o nativo carecia de amparo e educação na fé cristã, não passava de uma tábula rasa onde se poderiam cravar os preceitos cristãos”<sup>64</sup>. Em relato do presidente Gois e Vasconcelos em 1846, poderemos analisar como este enxergava os indígenas e a importância do uso da catequese na civilização dos mesmos:

Além de pedir a caridade, o interesse e a segurança exigem que tracteis mui seriamente da catechese e civilização dos indígenas, que de vez em quando fazem violências aos habitantes do município de Parnaguá. Ainda a pouco foi necessário, como já disse, reforçar o destacamento policial, que se conserva naquela vila e expedir ordem à Guarda Nacional para repelir insultos dos bárbaros, que ameaçavam a vida e bens de muitas famílias.<sup>65</sup>

<sup>63</sup> XAVIER, Maicon Oliveira. Op. cit. p. 32.

<sup>64</sup> XAVIER, Maicon Oliveira. Op. cit. p. 36

<sup>65</sup> Núcleo de Pesquisa, História e Memória – NUPEM/UFPI/Núcleo de Microfilmagem. (Doravante NUPEM) Fala com que o presidente da Província do Piauí, Zacarias de Gois e Vasconcelos, abriu a

O município de Parnaguá no Sul da província, próximo ao Rio Gurgueia, foi território de diferentes tribos que conforme aponta Ana Stela eram dentre eles os Tapacuí, Xerente, Acroá, sendo que além da força policial que era utilizada para reprimir os indígenas, a catequese se tornou um importante meio de controle, a qual deveria ser tratada com muita seriedade. Além de ressaltar a necessidade de força policial e da catequese, o relatório enfatiza a posição dos nativos como seres “violentos e bárbaros” que estavam ameaçando a vida das famílias civilizadas. Por esta óptica, parece verdadeiro o estigma dado aos indígenas, contudo não existe apenas um lado nessa história, fazendo-se necessário também analisar fontes que trazem a percepção indígena sobre esses fatos, análise que infelizmente não dispomos neste trabalho, para percebermos se era imprescindível o uso da catequese e o que levava os índios a agir de forma violenta.

Por estarem fazendo uso dos “ensinamentos de Deus” pareceu justificável a ação violenta que mantiveram com os indígenas. A catequese tida para ensinar e civilizar vai ser utilizada de modo violento, desrespeitoso e como forma de coerção para obter os sacramentos cristãos. Pensando nos conflitos surgidos por meio da imposição de seu uso, fica a dúvida de quem seria o menos “civilizado” entre os indígenas e aqueles que estavam aptos a catequisar.

Embora tenha ocorrido amplo incentivo à catequização, com promessas de terras e proteção, os indígenas não aceitaram essa oferta facilmente. Em meio aos vários problemas enfrentados pelos catequizadores, uma das soluções possíveis foi investir na catequese para as crianças. Para Xavier “os Soldados de Cristo ensinaram através de cânticos e pensaram vários recursos para atrair os meninos índios sem que fosse preciso o uso da força”<sup>66</sup>. Outro método foi passar a tratar os índios como filhos. Observando a um relato do Vice-Governador da Província Xavier Cerqueira, podemos notar esse tratamento.

E existir na Vila de Parnaguá 8 indígenas bem próprios para princípio de uma missão, os quais, segundo me informa o actual Juiz de Direito d’ aquella Comarca vivem debaixo da proteção do Juiz

---

Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras, Impresso na Typ. Provincial. 11 de Julho de 1846. Pg 40 e 41.

<sup>66</sup> XAVIER, Maicon Oliveira. Op. cit. p. 60.

Municipal 1º Supplente, José da Cunha Lustosa, que os tem tratado como filhos, e a quem, chamão pai;<sup>67</sup>

Inserir os indígenas no meio das famílias “civilizadas” surge como uma estratégia para a catequese acontecer de forma mais eficaz, que para os colonizadores, parecia estar dando certo, mas para os indígenas poderia ser apenas mais uma forma de resistência diante dos conflitos que vinham enfrentando. Juntar-se a seu opositor como uma saída para sobreviver a um fim visto quase como certo era no mínimo necessário. Entretanto, acreditar que o fato dos índios terem aceitado a proteção e chamar o protetor de pai pressupõe uma aceitação do modo de vida operante significa, pensar a história como unilateral. Nas entrelinhas da palavra pai possivelmente existiam outros interesses.

No trabalho *Catequese e Cativo político indígena em Goiás: 1780-1889*, Mary Karasch analisa essa relação dual que existia dos colonizadores para com os indígenas, que em determinado momento eram tidos como “feras” e outros “filhos”. Após uma expedição o governador Goiano “manteve três moças índias em casa, duas das quais mandou de volta à sua aldeia, para convencerem seus compatriotas a aceitar a paz”<sup>68</sup>. Nesta relação em ambas as partes, supomos que existiam interesses diversos.

Não menos importante que os lares familiares para catequisar os indígenas, foram as aldeias. Espaço onde foi possível a concentração de diferentes tribos, que foram levadas a este local com o intuito de transformá-los em súditos do rei e posteriormente das autoridades da Província. Sobre as aldeias a análise que predomina é que os índios catequisados, escravizados deixaram de serem índios, passando assim a terem sua identidade negada. Contudo para Xavier este lugar

Não foi apenas um ambiente de evangelização, nem somente um local de onde os nativos eram recrutados para servir de mão de obra ou guerrear, e sim, um lugar de possibilidades plurais, dinâmicas e complexas e ao mesmo tempo de (re)elaboração continua... um lugar em que diferentes sujeitos tinham objetivos vários e construíam estratégias ou táticas para alcança-los.<sup>69</sup>

<sup>67</sup> Falla com que o Vice Governador da Província do Piauí Xavier Cerqueira, abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras, 7 de Julho de 1848. Pg 52.

<sup>68</sup> KARASCH Mary. *Catequese e Cativo: Política indígena em Goiás, 1780-1889*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura. FAPESP, 1992. p, 397 a 412.

<sup>69</sup> XAVIER, Maicon Oliveira. Op. cit. p. 63.

Deste modo as aldeias não foram somente o lugar onde os indígenas possivelmente tiveram sua identidade apagada, pelo contrário, souberam usar o trabalho forçado e a catequese para reforçar e reelaborar sua cultura. As aldeias não foram apenas um espaço onde os indígenas eram levados contra sua vontade, pois na fuga das guerras que eram declaradas contra eles, buscar a vida na aldeia surgia como um mal menor diante da situação desfavorável e ameaçadora<sup>70</sup>. As aldeias significaram, em muitos casos, uma forma de resistência utilizada pelos nativos como maneira de reconstruir sua vida sem, no entanto, negarem sua identidade.

Os aldeamentos serviram, segundo justificativa de autoridades e religiosos, para catequisar e civilizar os indígenas. No jornal o *Echo Liberal* de 1850 pode-se ler “Os missionários capuchinhos existem na província empregados na missão evangélica concorrendo com exemplos de caridade cristã para amenizar a rudeza dos costumes da parte da população mais indócil ao jogo das leis”<sup>71</sup>. Essa existência dos capuchinhos nas províncias também consta nos Relatórios Provinciais. O Presidente Gois e Vasconcelos em 1845 fala da Lei número 185 de 8 de setembro de 1844 onde “autoriza o governo da província a solicitar do central, dois missionários capuchinhos, que se empreguem na catequese dos índios e prática do evangelho onde o governo achasse indispensável”<sup>72</sup>.

Os evangelizadores se faziam presentes em todas as freguesias, mas o dito relatório diz que tinham duas vagas em aberto, ambas em Parnaguá, e eles tinham por missão tornar os indígenas pessoas civilizadas, retirá-los das práticas pecaminosas como a mancebia, que era a união entre indígenas sem a benção de um sacerdote.

Os catequizadores faziam uso de todos os meios para tornar os índios evangelizados e dóceis. Seja na aldeia ou não, “todos os sacramentos cristãos, como o matrimônio, confissão, extrema-unção, entre outros, tinham suas devidas importâncias de acordo com a lógica do catolicismo no processo de colonização, civilização e salvação”<sup>73</sup>. Foram utilizados de todos os elementos possíveis para tornar o indígena civilizado. Para além do objetivo de civilizar, o casamento foi

---

<sup>70</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Coleção FGV de bolso. Série História)

<sup>71</sup> *Jornal O Echo Liberal* de 8 de Agosto de 1850. Typografia de Oeiras. <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acessado em Maio de 2015

<sup>72</sup> Relatório do presidente da Província do Piauí, Zacarias de Gois e Vasconcelos, na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras, Impresso na Typ. Provincial. 11 de Julho de 1846. pg. 12.

<sup>73</sup> XAVIER, Maicon Oliveira. Op. cit. p. 36.

utilizado como forma de tornar o indígena mais vulnerável à cultura do homem branco, e assim depois do casamento passava a ser negado aos índios sua condição de indígena.

Essa metamorfose pela qual passou o indígena no Piauí ocorreu em todo o Brasil. Os indígenas sofreram com estereótipos que estavam arraigados de muito longe, já que “os índios viviam com suas regras e práticas distintas do mundo ocidental disciplinado, economicamente produtivo e com seus hábitos e comportamentos sociais definidos”<sup>74</sup>. Mediante o contato, a imagem que o explorador já trazia dos indígenas era de um povo selvagem, sem obediência, que precisava de ajuda para se tornar civilizado.

## **2.2 Os “Extinctos índios” ainda se faziam presente no cenário local**

Contrariando as previsões, principalmente as acadêmicas, os indígenas permanecem na história. Se historiadores no Piauí, como Odilon Nunes, Monsenhor Chaves davam aos indígenas um final certo, a extinção, eles erraram ao não considerar que mesmo misturado a outros sujeitos, os índios continuaram a lutar para manter sua identidade enquanto tais.

Até o momento, os índios do Piauí ganharam pouco destaque na historiografia. Mesmo em fontes oficiais, os indígenas pouco aparecem em relatórios de províncias e correspondências. Existem fragmentos e são neles que estamos buscando indícios para mapear suas experiências de vida e das relações que mantiveram.

Contudo o fato da pouca aparição não significa que eles não estavam nessa província. Em um trabalho de coleta de fontes, vamos catalogando, manuseando folha por folha e, de repente, encontramos alguns rastros para assim contestar a ideia de que os indígenas foram passivos, ao aceitarem as mudanças às quais eram submetidos, ou que foram todos mortos ao rejeitarem as transformações propostas, provocando assim uma guerra entre eles e os exploradores, na qual teriam sido extintos.

Os índios como veremos adiante, não foram todos extintos, mas foram vítimas daqueles que se achavam capazes de decidir sobre as terras indígenas.

---

<sup>74</sup> COSTA, João Paulo Peixoto. *Disciplina e Invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)*. Teresina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, 2012.

Prova disto são as várias sessões que ocorreram na Câmara Legislativa de Oeiras e foram transcritas no jornal O Correio. Nelas podemos observar que foram postas em votação projetos de leis que doavam para algumas vilas, terras que pertencem aos índios. Nestas sessões a questão indígena é discutida sem nenhuma importância ou valor. A sessão de 16 de Maio de 1835 diz que:

Leo igualmente outro parecer da referida comissão sobre a representação da Câmara da Vila de São Gonçalo, em que relata a total falta de rendas para {ocorrer} as suas despesas, demonstrando que não podia utilizar-se das terras, em que estava fundada a vila, por pertencerem a huma nação de índios, de que ainda restavam mui poucos, descendentes, e julgando a comissão que o local da vila pertence à Câmara, e que ella pode por isso ser authorisada a aforar o terreno para casas, e que quanto as demais terras dos índios, visto estarem eles quase extinctos, possa também a Câmara tirar delas alguma utilidade, mediante a falta de destino, por meio de imposição da Assembleia sobre os respectivos moradores, deixando-se livre a esses poucos índios restantes a precisa para suas casas, e plantações;<sup>75</sup>

A citação acima trás um leque de reflexões acerca da questão indígena no Piauí, a começar pelo fato de que as terras onde estava fundada a Vila de São Gonçalo pertencer a “huma nação de índios”, reforçando a ideia de que muitas das aldeias indígenas serviram de espaço para subscrever outras histórias. A justificativa para esta apropriação do espaço indígena é a existência de “muito poucos descendentes”, não levando em conta que estes não estavam com data determinada para seu fim. Momento esse que era pensado e dado como certo pelos deputados presentes na sessão.

A nação de índios já estava lá, mais a vila foi criada nessas terras, e como visto “o local da vila pertence à câmara”. Na sessão, transcrita no jornal, não fica claro como essa terra passou a pertencer à câmara, mas essa estava autorizada a aforar as terras. Criar neste lugar onde já havia uma nação de índios, um espaço para a vivência de outras pessoas, sendo que os índios que lá viviam não tiveram, possivelmente, a oportunidade de decidir a quantidade de suas terras que queriam permanecer ocupando. Em outro momento o Jornal aborda que ficariam “isentos de

---

<sup>75</sup> Jornal O Correio da Assembleia Legislativa da Província do Piauhy. Sessão 8ª, Oeiras, Impresso na Typ. De Silveira e Camp. 24 Jun. 1835. p, 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>, Acessado em Maio de 2015.



foros as que forem ocupadas com lavouras, e moradias pelos índios<sup>76</sup>”. Assim sendo, os indígenas não poderiam ocupar as terras se nestas não vivessem ou produzissem. O jornal não evidencia se esta lavoura era apenas para o próprio consumo, ou se existia venda ou troca da mesma.

Se nesta sessão os índios tiveram o poder de voz, o jornal não demonstra isso. O que percebemos é que os indígenas tiveram sua vida decidida por meio de um projeto de lei que julgava ser de proveito de todos que essas terras passassem a “patrimônio” da vila, retirando do indígena o direito de permanecer em seu espaço. Deixar claro que os nativos que ali restavam eram poucos e estavam quase extintos, tornava-se álibi inquestionável para tal atitude de aforamento das terras indígenas. Desse modo, autoridades e jornais cravaram na história e na mente de alguns sujeitos a insignificância dos índios, mediante o processo de transformação das terras piauienses.

A assembleia, vista neste caso como autoridade máxima, encontrava-se no direito de decidir a exata quantidade de terras que os índios iriam necessitar para suas casas e plantações. E, julgando que grande parte das terras onde os índios estavam poderia ter utilidade, não enxergou nenhum mal em delas tirar proveito. Aos jornais da época, coube o papel de reforçar o pensamento de que restavam poucos índios e que estes logo seriam extintos. Mas como seriam extintos? Sendo expulsos de suas terras, tendo sua liberdade limitada e sua voz silenciada. A ideia era essa, mas isso não significa que os índios concordaram passivamente com sua consolidação.

A Vila de Jaicós estará presente nas sessões do Legislativo, com o mesmo intuito da Vila de São Gonçalo: terem as terras, que “foram” dos índios, doadas a patrimônio para a referida Vila. Contudo os indígenas de Jaicós já são abordados no jornal como extintos.

Ao art. 1º o Sr Padre Costa ofereceu a seguinte ementa: A Câmara Municipal da Villa de Jaicoz poderá aforar em pequenas porções todo o terreno, em que foram aldeados os extinctos Indios do mesmo nome, e em cujo centro foi criada a dita Villa<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> Jornal O Correio da Assembleia Legislativa da Província do Piauí. Sessão 10ª, Oeiras, Impresso na Typ. De Silveira e Camp. 24 Jun. 1835. p, 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acessado em Maio de 2015.

<sup>77</sup> Jornal O Correio da Assembleia Legislativa da Província do Piauí. Sessão 14ª, Oeiras, Impresso na Typ. De Silveira e Camp. 24 Jun. 1835. P 4. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acessado em Maio de 2015.

Como visto, os índios são postos como extintos, mas atentamos nesta sessão para o fato de que a Vila de Jaicós foi estabelecida no terreno onde foram aldeados os “extintos Índios do mesmo nome”, ou seja, os índios da tribo Jaicoz. O que teria levado ao desaparecimento destes índios? Infelizmente não conseguimos localizar edições anteriores do Jornal que poderiam nos dar essa resposta. Desse modo, a causa para o fim dos indígenas de nome Jaicoz continuará, por enquanto, como papel em branco para a história. O que sabemos é que as terras indígenas em Jaicós foram transformadas em patrimônio da referida vila.

No recorte temporal proposto, não apenas os jornais nos atenta para percebemos a permanência indígena no Piauí oitocentista, mas também as comunicações entre as autoridades. Em correspondência de 1850 é possível percebermos relatos sobre povoações indígenas que estavam na Vila de Parnaguá.

Em resposta ao ofício que me dirigiu vossa excelência em data de 19 do mês findo tenho a comunicar lhe que conquanto não seja bem conhecido o estado das povoações indígenas existentes nesta comarca, todavia é bem sabido que existem eles em grande número para o lado do poente, presumindo-se fazerem ali sua maior residência, visto como têm eles aparecido por muitas vezes por esse mesmo lado da comarca, e feito não pequenos estragos, devendo em consequência do exposto serem empregadas por vossa excelência medidas {ilegível}, a fim de que deixamos habitantes daquele lugar de sofrer constantemente em suas vidas e propriedades, possa-se igualmente conseguir o aldeamento dos mesmos.<sup>78</sup>

No relato supracitado fica claro que no Piauí já no início da segunda metade do século XIX ainda existiam índios. Não só existiam, mas como consta no relato “existem eles em grande número” sendo o estado destas povoações desconhecidas pelas autoridades. Se nesta correspondência do então diretor geral dos índios José da Cunha Lustosa identificamos esses sobreviventes, também é visível a forma como os indígenas eram descritos nas correspondências. Como aqueles que “causavam estragos, assombravam a população”, e que por essas atitudes teriam que sofrer as consequências.

A fonte não esclarece quem estava invadindo a terra de quem, mas se as autoridades desconheciam essas povoações indígenas que ali habitavam e estava

<sup>78</sup> APEPI (Arquivo Público do Estado do Piauí) Correspondência de Jose da Cunha Lustosa, Diretor Geral dos índios dessa Comarca, enviada ao Ilustríssimo e excelentíssimo Dr Jose Antônio Saraiva Digníssimo presidente desta província. Poder Legislativo da Comarca da Vila de Parnaguá. Caixa 108, documento avulso. 1830.

interferindo na vida de outros moradores, podemos pensar que estes estavam adentrando ao território indígena, o que desencadeou essa possível reação agressiva do nativo. Atitude essa que não vamos usar para caracterizar os indígenas como violentos e selvagens, mas apenas como um modo de responder aos possíveis insultos e a invasão que estavam sofrendo.

Além de ser clara a ameaça que faziam aos indígenas, percebemos também neste relato o objetivo de aldear os índios para que assim os habitantes desse lugar possam deixar de sofrer com atos violentos causados pelos nativos. Além de vistos como causadores de problemas aos moradores da região, a presença indígena é vista como barreira ao desenvolvimento, principalmente por ocuparem terras vistas como férteis.

Esses discursos eram corroborados pelos dirigentes provinciais. Vejamos o fragmento do relatório do Dr. José Antônio Saraiva:

A religião, a humanidade, os interesses agrícolas e industriais da província exigem de vós providências eficazes para tirar das mattas os selvagens, que ocupam a porção mais rica de nosso território, e acommettein de vez em quando os fazendeiros, que lhes disputam palmo a palmo e mediante uma lucta de sangue, a posse das ricas mattas do Gilbuez, e de todo o terreno, que se estende do Rio Urussuy e cabeceiras do Parnahibas até as campinas, que vão ter as margens do Tocantins<sup>79</sup>.

Esse relato do Presidente da Província José Antônio Saraiva mostra que todas as outras questões como a religião, a agricultura, a indústria eram importantes para a província, menos a questão indígena. Os índios por viverem em terras que despertavam o interesse das autoridades e fazendeiros dessa região, irão continuar no período oitocentista enfrentando conflitos com o intuito de permanecerem em sua terra. Com isso, ao invés de tentarmos entender o que possivelmente teria levado ao fim dos nativos piauiense antes mesmo do século XIX, devemos nos atentar para o fato de que esses romperam barreiras e continuaram pelo período em estudo lutando por seus direitos.

Pelo relato acima, percebemos que a área que despertava o interesse dos fazendeiros cobria uma ampla parte de terras. Isso nos faz pensar que se havia dificuldade por parte dos fazendeiros em dominar essas terras, isso pressupõe que poderiam existir ainda nessa parte muitos índios. Quantos indígenas sobreviveram

---

<sup>79</sup> Fala com que o Presidente da Província do Piauí, Jose Antonio Saraiva, abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras na typ. Saquarema. 3 de julho de 1851. pg, 14.

em meio a providências eficazes tomadas pelas autoridades, não sabemos com exata precisão.

No Piauí muito embora o pensamento fosse de que os índios estavam quase extintos, e essa ideia é reforçada em relatos oficiais, o que percebemos é que os próprios relatos contradizem essa previsão de quase extintos. Em fala do Presidente da Província Silveira da Mota fica claro essa contradição quando ele diz: “estar quase em completo abandono a aldeia dos índios Aruazes, no município de Valência, e ainda não tem sido possível estabelecer-se um aldeamento no de Parnaguá, no lugar denominado Gilbuez”<sup>80</sup>. Essa mesma notícia foi vinculada no jornal *Echo Liberal* de 1850.

Os índios Aruazes em Valência são descritos como quase extintos, mas outros índios ainda se fazem presentes em Parnaguá, sendo por isso necessário estabelecer outros aldeamentos, que por aqui não foi diferente do que aconteceu em outros lugares, o aldeamento como forma de controle. Os indígenas não apenas se faziam presente no Piauí oitocentista como também eram motivo de gasto para as autoridades que continuavam tentando mantê-los sob seu domínio. Atesta isso uma correspondência de 1847, onde se trata sobre a despesa realizada com alimentos para os indígenas aprisionados.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor...

Em cumprimento ao meu respeitável officio de V. Excelência que em resposta me dirijo na data de 4 de outubro último, ordenei ao tenente {Ilegível} Vieira Soares que se parasse as despesas que fez com os Guardas Nacionais das do sustento fornecido aos indígenas por ele aprisionados, para então reenviar a Vossa Excelência, o que supponho-lhe terá feito, e que por intermédio de seu procurador Levará a respeitável presença de Vossa Excelência.

Deus guarde a V. Excelência por muitos anos. Villa de Parnaguá 11 de novembro de 1847.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Marcos Antônio de Macêdo. Presidente desta Província<sup>81</sup>.

O desejo de retirar os indígenas de suas terras e torná-los pessoas civilizadas fez com que muitas despesas fossem feitas para que os índios deixassem de ser um “problema” para autoridades e fazendeiros. Como visto nessa correspondência, o desejo de aprisionar os indígenas geraram custos com estes e com a Guarda

<sup>80</sup> Fala do com que o Presidente da Província do Piauí Ignácio Francisco Silveira da Mota, abriu a Sessão da Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras, 1 de julho de 1850. P 49 e 50.

<sup>81</sup> APEPI (Arquivo público do Estado do Piauí) Correspondência enviada ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Marcos Antônio de Macêdo Presidente desta Província, em 11 de novembro de 1847. Documento avulso.

Nacional utilizada na captura dos nativos. Os índios oitocentistas além de permanecerem vivos, causaram despesas para as autoridades de várias formas. Talvez isto justifique como veremos logo mais, a forma agressiva com que os nativos eram descritos.

Os índios eram conhecidos, principalmente por serem nômades, viverem passando de um lugar para outro. Aqui no Piauí gerou despesas para as autoridades provinciais aldear alguns índios vindos do Pernambuco. E mesmo tendo a província recebido o apoio do Governo Imperial, não foi possível aldear os indígenas. Segundo relato de José Antônio Saraiva “a tendência desmedida dos índios para uma vida nômade, e a sua reconhecida indolência” foram os fatores responsáveis pelo fracasso na tentativa de aldeamento. Ainda segundo Saraiva apesar de não conseguir aldear “esses infelizes, apenas pude subtrair uma grande parte d’ eles a seu duro e miserável destino”. Mas qual seria esse duro e miserável destino dos índios que Saraiva faz referência?

Pensando a forma como os indígenas eram tratados, possivelmente as autoridades imaginavam que o melhor destino para os nativos seria a morte. Mediante a recusa indígena em prestar serviço para as autoridades e fazendeiros, ou deixar suas terras para viver no aldeamento coube às autoridades buscar meios de retirar do seu caminho esses sujeitos que inviabilizavam seus planos. Para isso as autoridades não economizaram na hora de descrever sobre os nativos.

O Dr. José Antônio Saraiva se tornou um crítico visceral dos indígenas. Nessa outra fala a Assembleia, reforça:

Uma indolência levada ao último apuro: uma aversão imensa a todo o trabalho regular e próprio para assegurar-lhes a subsistência; uma hipocrisia revoltante e indomável; a ferocidade de um dos chefes, e dos indivíduos, que o ouvião, tudo me havia indicado, que o aldeamento, que procurava firmar, tinha em si elementos dissolventes e que perdidas seriam quaisquer despesas, que continuasse a decretar, pelo que me havia resolvido a procurar ocasião oportuna a dar outro destino aos índios<sup>82</sup>.

A forma como os indígenas são descrito neste relato do presidente José Antônio Saraiva em 1852, demonstra como as autoridades viam os nativos. Donos de uma personalidade insolente, indomável, avessos ao trabalho, onde todo o esforço destinado para aldeá-los não tinha o resultado planejado. Com isso pareceu

---

<sup>82</sup> Fala com que o Presidente da Província do Piauí, José Antonio Saraiva, abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. 1 de julho de 1852, p. 56.

para as autoridades ter maior proveito dar fim à vida desses sujeitos a continuar tentando encaminhá-los para os aldeamentos. E mesmo quando os indígenas ingressavam nos aldeamentos, o convívio neste espaço não era algo fácil, considerando os diferentes interesses dos agentes sociais envolvidos neste ato<sup>83</sup>.

As despesas geradas para a captura e aldeamento dos nativos, bem como, a facilidade dos nativos de se movimentarem de um lugar para o outro, causavam prejuízo e incerteza às autoridades quanto à localização indígena.

À vista do ofício de Vossa Excelência com data de 20 do mês passado tratando mi informar se os índios de Pajeú tinham entrado nesta comarca; e com quanto que se diga que entrarão na província é todavia certo que não subirão para o Gilbuez e que pelo contrário buscarão as margens do Rio de São Francisco, o que não assevero, apesar de parecer meio improvável. No entanto, se estiver notícias mais exatas de que eles se aproximão, farei quanto em mi couber a fim e satisfazer as vistas de Vossa Excelência e do {governo} de Sua Majestade como devo. Deus guarde Vossa Excelência Vila d Parnaguá<sup>84</sup>.

Esta correspondência de 1851 do então Diretor geral dos índios da Comarca de Parnaguá José da Cunha Lustosa para o então Presidente da Província José Antônio Saraiva, demonstra o quanto o indígena ainda causava preocupação às autoridades da Província do Piauí. A incerteza do caminho que os índios teriam seguidos fez com que as autoridades pensassem que possivelmente eles teriam seguido a margem do Rio São Francisco. Por serem conhecidos como nômades, sempre em busca de terras que permitisse sua sobrevivência, talvez esse pensamento das autoridades tivesse algum fundamento, embora eles próprios não pudessem assegurar essa hipótese.

Em um relatório do Presidente da Província José Antônio Saraiva, do ano de 1852, ano seguinte ao da correspondência acima exposta, consta que chegara à Província do Piauí alguns índios vindos de Pernambuco, e segundo relatório, o Governo Provincial não irá poupar despesas para aldear esses indígenas, e para realizar tal feito contou com o apoio do Governo Imperial<sup>85</sup>. Mas, mesmo com o

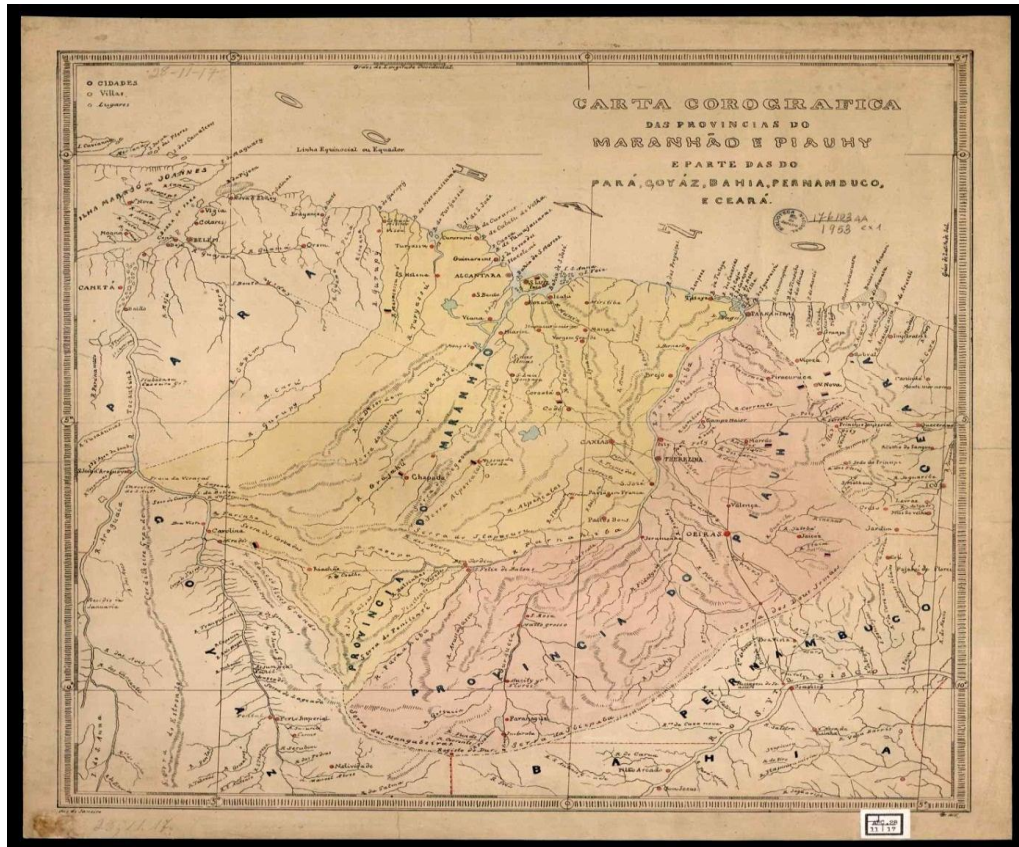
<sup>83</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial-novos súditos cristãos do Império Português. Campinas: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

<sup>84</sup> APEPI (Arquivo público do Estado do Piauí) Correspondência do Diretor Geral dos índios Jose da Cunha Lustosa, para o Presidente da Província Sr Dr Jose Antônio Saraiva, 26 de junho de 1851, Teresina, Município de Parnaguá, (avulsos), caixa 108.

<sup>85</sup> Esse relatório trás a fala do então Presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva, em Assembleia Legislativa, realizada em 1 de julho de 1852. pg. 55.

apoio Imperial o governo da província não conseguirá realizar seu plano de aldeamento.

Em vista desses dois relatos falando sobre a presença indígenas no Piauí vindo de outros estados é interessante entendermos que o Piauí faz fronteira com estados que tinham grande contingente indígena.



*Carta Corográfica das Províncias do Maranhão e Piauí e partes das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará (1855). Mapa retirado da tese de Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos intitulada: Marcas Toponímicas em Solo piauiense: Seguindo as Trilhas das Águas. Apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.*

No mapa identificamos esses estados fronteiriços: Pernambuco, Ceará e Maranhão, todos eles com povoações indígenas que enfrentavam o mesmo conflito dos piauienses. Isso justifica o fluxo de índios que existia entre estas regiões. Pajeú, por exemplo, é pertencente a Pernambuco e faz divisa com o Ceará e ambos com o Piauí. É inquestionável o fato de que na Província habitavam índios de diversas procedências, mas a documentação aqui analisada aponta estes com característica nômade, visto que seguiram pelas margens de determinado rio, que entraram em uma fazenda, que vieram de outra parte. Contudo, eles podem ser apontados como andantes porque estavam sendo retirados de suas terras para ceder espaço ao

“desenvolvimento” da província, ou simplesmente por ser benéfico para as autoridades os colocarem deste modo.

O fato é que as autoridades provinciais estavam lidando com a presença indígena constantemente e por motivos vários, o que nos faz perceber a questão indígena no Piauí oitocentista como um espaço ainda a ser percorrido. Em outra correspondência de 1847 ao Presidente da Província Zacarias de Goes e Vasconcelos, podemos perceber o esforço das autoridades para deter alguns indígenas que estavam sendo acusados de morte e sequestro.

Havendo um grupo de gentios bárbaros atacando os moradores da fazenda aldeã, morto a 4 pessoas e carregado a 6 que sendo seguidas pelo tenente interino (ilegível) Vieira Soares comandante dos destacamento das fronteiras com 14 praças de policia; e 52 da Guarda Nacional, na distância de 6 dias de viagens apreendeu a 39 indígenas, sendo 2 {mães} grandes 1 de menor idade 2 fêmeas grandes e os mais pequeno de um e outro tipo, e trouxe as mesmas pessoas que havia conduzido com falta de duas crianças, cujos indígenas me foram ontem aqui apresentados pelo {dito} comandante, com o destino de os conduzir a entregá-los ao diretor geral, acompanhados de 5 praças da companhia de policia provincial, no que consenti e participo a Vossa Excelência a quem Deus guarde. Vila do Parnaguá, 11 de julho de 1847<sup>86</sup>.

Nesta correspondência os indígenas mataram quatro pessoas e sequestraram outras seis, isso segundo as autoridades. Percebemos também a aglomeração de Guardas Nacionais para a captura dos indígenas, que analisando a descrição feita na correspondência, notamos que os índios apreendidos eram, em sua maioria, pequenos. De 39 nativos dois eram grandes, sendo um de menor idade, duas fêmeas grandes, e os demais eram pequenos, de um e outro tipo. Refletindo sobre o desejo das autoridades de excluir os indígenas deste cenário, a leitura dessa correspondência nos faz pensar sobre quão real essa tentativa parece.

Mas, existem nesta correspondência alguns pontos a considerar. Primeiro, há certo exagero na composição do quadro dos guardas e praças disponíveis para a captura dos índios, e segundo, analisando a descrição feita dos indígenas, eles são claramente, em sua maioria, pequenos, e isso nos interroga sobre o poder violento com que teriam atacado a estas pessoas da Fazenda Aldeã. Mas o que predomina

---

<sup>86</sup> APEPI (Arquivo Público do Estado do Piauí) Correspondência enviada ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Doutor Zacarias de Goes e Vasconcelos, presidente desta província do Piauí pelo Juiz de Direito Institucional Francisco Cavalcante de Gouveia, em 11 de Julho de 1847.



na narrativa das autoridades é a necessidade de apontar os gentios como bárbaros e violentos, que careciam de amplo aparato policial para a sua captura.

Mesmo que descrito como violentos, selvagens, perturbadores, não podemos negar a permanência indígena no Piauí Oitocentista, e essa constatação da permanência indígena no Piauí vai contradizer a afirmação de Monsenhor Chaves, que ao refletir sobre os índios no Piauí afirma que:

As tribos mais aguerridas foram aniquiladas ou expulsas do nosso território. As mais fracas se acomodaram à convivência com o usurpador; disto resultou o lastro de mestiçagem, que é a base do nosso potencial étnico, ainda em franco processo de caracterização<sup>87</sup>.

É bem provável que algumas tribos tenham sido extintas, também é sabido que muitos indígenas foram expulsos de suas terras, mas conforme vimos no decorrer dessa pesquisa, não podemos afirmar que os índios no Piauí definitivamente deixaram de existir, ou se acomodaram à convivência com o usurpador. Os nativos continuavam enfrentando as autoridades e fazendeiros para permanecer em suas terras. Isto nos leva a pensar o quanto o indígena resistiu para salvaguardar seu território.

---

<sup>87</sup> CHAVES, Monsenhor. Obra Completa. Teresina. Fundação Monsenhor Chaves. 1998.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que este trabalho nos traga algumas certezas, ao menos no que diz respeito ao fato de que, no Piauí Oitocentista, havia indígenas povoando estas terras, sabemos que ele também deixa um leque de possibilidades para novas discussões. E isto pressupõe um dos pontos mais interessantes em se trabalhar esta temática, vista como uma história acabada, de sujeitos passivos.

Ao contrário, mediante o contato com as fontes, percebemos que a História indígena piauiense está viva e carecendo atenção. E embora já existam alguns trabalhos que buscam dar espaço às ações dos indígenas, como o da Ana Stela Negreiros de Oliveira, eles ainda acabam por privilegiar apenas as ações isoladas de determinado grupo, deixando à margem os demais, que também faziam parte deste cenário. Como visto, o Piauí ocupava amplo espaço territorial e este foi habitado por variados grupos indígenas que precisam ser estudados. Outro ponto de destaque no decorrer desta pesquisa foi perceber a escassez de trabalhos que priorizem o século XIX, principalmente após o período Imperial.

Tendo em vista que a ideia ainda predominante é de que os indígenas piauienses foram extintos em fins do século XVIII e início do XIX, este trabalho serve de base para que esse pensamento comesse a se romper. Os índios, mesmo que de forma dispersa, se faziam presentes, e a análise que podemos fazer sobre estes poderá ir além da identificação de suas incursões e de quais partes da Província estavam ocupando. Podemos ainda pesquisar qual variedade de tribos ainda trilhava este espaço tão amplo e cheio de histórias a serem escritas, sendo que estas não terminam com a conclusão de um trabalho, há sempre uma nova possibilidade para outras discussões.

Como se espera ter demonstrado, não se pode dizer que os índios foram extintos, ou que todos eles conseguiram sobreviver ao processo de exploração de suas terras. Constatamos que os conflitos que envolviam os índios e os colonizadores permearam por muito mais anos; que autoridades do Império, da Província e os fazendeiros continuavam a descrever os indígenas como seres selvagens e incivilizados; que esse discurso trazia consigo interesses próprios de cada um desses sujeitos, que pensando em suas conquistas tentavam manobrar os nativos, que como vimos também, souberam se defender, e em muitos casos, fazer suas próprias escolhas.

Assim como os indígenas foram sujeitos atuantes neste cenário, eles também foram o fio condutor da pesquisa. Por ter trabalhado com documentação que mostra apenas uma visão oficial, neste primeiro momento não foi possível identificar fielmente de que índios estamos analisando. Contudo, entendemos que se estas fontes ainda os retratam como selvagens e indolentes, que viviam levando o terror às famílias que moravam nas fazendas, estes índios eram aqueles que resistiam ao aldeamento, ou recusaram o convívio com os demais sujeitos nas vilas e fazendas, e o fato de rejeitarem isso fez com que fossem descritos de modo negativo.

## FONTES

### Relatórios provinciais

Todos os relatórios provinciais consultados para esta pesquisa são pertencentes ao Center for Research Libraries, da Universidade de Chicago/EUA. Site: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Daqui em diante apresentarei apenas os autores dos relatórios provinciais: Falla que recitou o EX.mo Sr Visconde da Parnaíba Presidente desta Província do Piauhy, na abertura da sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 4 de Outubro de 1842. Oeiras na Typografia Oficial.

Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy pelo EXm. O Senhor, Vice-Presidente da Província Luís Carlos de Paiva Teixeira. Na sessão aberta em 1 de Julho de 1853. Theresina.

Falla, que Derigio à Assembleia Legislativa do Piauhy no Acto da Sua Instalação, o Presidente da Província Sousa Martins, no dia 4 de Maio de 1835.

Falla com que o presidente da Província do Piauhy, Dr. Raimundo Theodorico de Castro e Silva abriu a 2º Sessão Ordinária da 25 legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy. Theresina, Impresso na Typ. da Imprensa. 01/06/1885.

Relatório do presidente da Província do Piauhy, Zacarias de Gois e Vasconcelos, na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras, Impresso na Typ. Provincial. 11 de Julho de 1846.

Relatório do Vice Presidente da Província do Piauhy, Xavier Cerqueira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras, 7 de Julho de 1848.

Falla com que o Presidente da Província do Piauhy, Dr José Antônio Saraiva, Dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial, no acto da abertura da sessão ordinária. Oeiras na typ. Saquarema. 3 de julho de 1845.

Relatório que a Assembleia Legislativa da Província o Piauhy apresentou, na sessão ordinária de 1850 o Exmo. Sr. Presidente da Província Ignácio Francisco Silveira da Mota. Oeiras, 1 de julho de 1850.

Relatório da Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy pelo Exmo. Senhor Presidente da Província José Antônio Saraiva, na Sessão aberta. Caxias, Typ independente de Filinto Elysio da Costa. Rua do Sol N° 16. 01 de julho de 1852.

Relatório da Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy pelo Exmo. Senhor Presidente da Província José Antônio Saraiva, na Sessão aberta. Caxias, Typ independente de Filinto Elysio da Costa. Rua do Sol N° 16. 01 de julho de 1852.

## Correspondências

APEPI (Arquivo Público do Estado do Piauí). Correspondência de José da Cunha Lustosa, Diretor Geral dos índios dessa Comarca, enviada ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Dr. José Antônio Saraiva, Digníssimo Presidente desta província. Poder Legislativo da Comarca da Vila de Parnaguá. Caixa 108. Documento avulso.

APEPI (Arquivo público do Estado do Piauí). Correspondência enviada ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Marcos Antônio de Macêdo, Presidente desta Província, Vila de Parnaguá, 11 de novembro de 1847. Documento avulso.

APEPI (Arquivo público do Estado do Piauí). Correspondência do Diretor Geral dos índios José da Cunha Lustosa, para o Presidente da Província Sr. Dr. José Antônio Saraiva, 26 de junho de 1851, Teresina, Município de Parnaguá, (avulsos), caixa 108.

APEPI (Arquivo Público do Estado do Piauí). Correspondência enviada ao Ilustríssimos e Excelentíssimo Doutor Zacarias de Goes e Vasconcelos, Presidente desta província do Piauhy, pelo Juiz de Direito institucional Francisco Cavalcante de Gouveia, em 11 de Julho de 1847.

## Leis

BRASIL. Collecção de Leis do Império do Brasil de 1844. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845. Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>. Acesso em: 02 de junho 2015.

BRASIL. Collecção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850. Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acesso em: 15 de Abril de 2015.

## Jornais

O Echo Liberal. Edição 47 de 8 de Agosto de 1850. Typografia de Oeiras. Disponíveis em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acessados em Maio de 2015.

O Correio da Assembleia Legislativa da Província do Piauhy. Edição 8ª, Oeiras, Impresso na Typ. De Silveira e Camp. 24 Jun. 1835.

O Correio da Assembleia Legislativa da Província do Piauhy. Edição 10ª, Oeiras, Impresso na Typ. De Silveira e Camp. 24 Jun. 1835.

O Correio da Assembleia Legislativa da Província do Piauí. Edição 11ª, Oeiras, Impresso na Typ. De Silveira e Camp. 24 Jun. 1835, p.

O Correio da Assembleia Legislativa da Província do Piauí. Edição 14ª, Oeiras, Impresso na Typ. De Silveira e Camp. 24 Jul. 1835.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria R. Celestino de. **Os índios aldeados**: histórias e identidades em construção. Tempo, Rio de Janeiro, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial**: novos súditos cristãos do Império Português. Campinas: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Coleção FGV de bolso. Série História).

ANJOS Marcelo Alessandro Limeira dos: **Marcas Toponímicas em Solo piauiense**: Seguindo as Trilhas das Águas. Belo Horizonte. Tese, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

BORGES, Jovina Freitas. **A História Negada**: em busca de novos caminhos. Teresina, PI: FUNDAPI, 2004.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**: família e poder. 2ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2012.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí**: perspectiva histórica do século XVIII. Teresina. Editora da universidade Federal do Piauí, 1999.

CARVALHO, João Renôr F.de. **Resistência indígena no Piauí colonial**. Imperatriz: Ética, 2005.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina. Fundação Monsenhor Chaves. 1998.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Disciplina e Invenção**: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820). Teresina. Universidade Federal do Piauí. 2012.

CUNHA, Manuela C. da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras e Secretária Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DIAS, Miranda; SOUSA Patrícia de Sousa. **História dos índios do Piauí**. EDUFPI/ GRAFICA DO POVO: 2011.

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. **A Pedra e o Pálio**: relações sociais e culturais na Capitania do Piauí no século XVIII. Teresina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

KARASCH Mary. Catequese e Cativoiro: Política indigenista em Goiás, 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretária Municipal de Cultura. FAPESP, 1992. p, 397 a 412.

LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados nas fazendas públicas de pastoreio do Piauí: 1711-1871. In: VAINFAS, Ronaldo; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e historiografia**. Recife: Bagaço, 2006, p. 433-458.

MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios Livres e Índios Escravos: Os princípios da legislação Indigenista do Período Colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretária Municipal de Cultura. FAPESP, 1992.

MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e historiadores**: estudos de História indígena e do indigenismo. Campinas: Tese de Livre Docência, Universidade de Campinas, 2001.

MOTT, Luiz. Piauí Colonial. **População, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2007.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí**: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. Recife. Tese, Universidade Federal do Pernambuco. 2007.

SILVA, Mairton Celestino da. **Africanos escravizados e índios aldeados na Capitania de São José do Piauí**: 1720-1780.

XAVIER, Maico Oliveira. **Cabôcullos são os brancos**: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX. Fortaleza. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2010.

\_\_\_\_\_. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social**: os índios do Ceará no período do Império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão. Fortaleza. Tese, Universidade Federal do Ceará, 2015.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese
- ( ) Dissertação
- (X) Monografia
- ( ) Artigo

Eu, **Renata de Oliveira Sousa**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação

Os Extinctos Índios no Piauí Oitocentista: Terra, Catequização, Expropriação e Conflitos entre 1830 e 1850.

de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 18 de Maio de 2016.

*Renata de Oliveira Sousa*

Assinatura